



HASTA PÚBLICA Nº1/2026

PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE QUOTA (PARTICIPAÇÃO LOCAL) DA EMEQUATRO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS LDA

CADERNO DE ENCARGOS

PREÂMBULO

O Município da Lousã é titular de uma quota (participação local) no valor nominal de 1.600,00€ correspondente a de 2% no capital social da sociedade EMEQUATRO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS LDA (doravante designada simplesmente por “EMEQUATRO”).

O Município da Lousã decidiu proceder à alienação da sua participação local, por via do seu órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, nos termos do artigo 61.º do Regime Jurídico do Setor Empresarial Local constante da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (“RJAEL”), na sua atual redação.

Por forma a garantir a justeza do seu valor, assim se assegurando os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da imparcialidade, da proporcionalidade, da boa-fé, da tutela da confiança, da sustentabilidade e da responsabilidade, aprovou-se a realização de um procedimento de hasta pública.

De tal procedimento de hasta pública resultará a final e com o respetivo adjudicatário a celebração de contrato de cessão de quota, concedendo-se, contudo, o direito de preferência à sócia não cedente e à sociedade, nos termos determinados no pacto social.

Neste contexto, o presente Caderno de Encargos rege as condições aplicáveis ao **CONTRATO DE CESSÃO DE QUOTA**, nos termos do Preâmbulo supra e do disposto nos artigos seguintes:

1. VENDA E AQUISIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO LOCAL

1.1. Com a assinatura do Contrato, e de acordo com os termos e condições do presente Caderno de Encargos, a COMPRADORA adquire ao VENDEDOR, que aceita ceder à COMPRADORA a Quota (participação local), a qual será transmitida livre de quaisquer Ónus ou Encargos.



1.2. A propriedade da Quota passará irrevogavelmente para a COMPRADORA com a assinatura do Contrato.

1.3. O preço total a ser pago pela aquisição da Quota é efetuado nos termos previstos e definidos no Programa do Procedimento.

2. DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO

A assinatura do contrato terá lugar na Lousã, no local, dia e hora a notificar pelo Município à COMPRADORA nos termos previstos no Programa do Procedimento.

3. EFEITOS E OBRIGAÇÕES CONSEQUENTES

Com a assinatura do Contrato de cessão de quotas o COMPRADOR deve praticar, de imediato, todos os atos necessários para o efeito em sede de registo comercial.

4. ATOS ADICIONAIS

Se em qualquer momento após a data de assinatura do Contrato de cessão de quota, for necessário ou desejável praticar qualquer ato para os efeitos do Contrato, com vista à transferência para a COMPRADORA da quota, as Partes vinculam-se a prestar a necessária colaboração de modo que todos esses atos sejam executados com toda a brevidade possível.

5. DECLARAÇÕES DO MUNICÍPIO VENDEDOR

5.1. O Município pelo presente declara e garante que as informações prestadas pelo presente Caderno de Encargos refletem de boa-fé a situação relativa ao objeto de venda, sem omitir qualquer facto ou circunstância que possa alterar, restringir ou condicionar substancialmente a vontade da COMPRADORA em concluir a aquisição nos termos definidos no presente Caderno de Encargos.

5.2. O Município pelo presente declara e garante não ter contra a Sociedade quaisquer reclamações ou créditos, incluindo, designadamente, empréstimos ou suprimentos, renunciando na presente data a quaisquer eventuais reclamações que não tenham sido divulgadas à COMPRADORA.



5.3. A Quota encontra-se, e é transmitida, livre de quaisquer ónus, encargos, obrigações, compromissos ou responsabilidades, bem como de quaisquer limitações, seja qual for a sua natureza ou origem, que possam prejudicar, limitar ou impedir o exercício de todos os direitos a ela inerentes ou a sua livre transmissibilidade.

5.4. A cessão da Quota abrange (a) todos os direitos e benefícios a ela inerentes, incluindo, nomeadamente, lucros não distribuídos à data do Contrato, bem como todos os direitos de crédito de que o Município seja titular perante a Sociedade, incluindo, nomeadamente ao abrigo de quaisquer empréstimos, suprimentos, prestações suplementares ou acessórios de capital e (b) todas as obrigações inerentes à titularidade da Quota, existentes na data, cumpridas ou não.

5.5. A Sociedade não é proprietária de bens imóveis.

5.6. O Município não tem conhecimento da existência de quaisquer contingências, nomeadamente fiscais, contributivas e/ou laborais, que não tenham sido devida e oportunamente comunicadas.

6. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA COMPRADORA

A COMPRADORA declara e garante ao Município, na data de assinatura do Contrato de Cessão de Quotas, que:

- a) Está validamente constituída e registada em Portugal;
- b) Dispõe legalmente do direito e de plenos poderes e autorização para celebrar e executar o Contrato e, na data da sua assinatura, disporá dos poderes necessários para concretizar a aquisição da quota, praticar e celebrar os demais atos e contratos que se revelem necessários ou convenientes;
- c) O presente Caderno de Encargos constitui uma obrigação válida e vinculativa para a mesma, de acordo com as respetivas condições.

7. INVALIDADE

Se qualquer disposição do presente Caderno de Encargos for considerada inválida ou inexequível, então, na medida em que seja inválida ou inexequível, esta não produzirá efeitos e considerar-se-á como não fazendo parte do presente Caderno de Encargos. Tal disposição não invalidará qualquer das disposições remanescentes do presente Caderno de Encargos. Nesta



eventualidade, as Partes farão todos os esforços razoáveis para substituir qualquer disposição inválida ou inexequível, por uma disposição que seja válida, cujo efeito seja o mais próximo possível do efeito pretendido da disposição inválida ou inexequível.

8. CONFIDENCIALIDADE

Cada uma das Partes reconhece que a informação obtida no âmbito da execução do Contrato Cessão de Quota que não seja de conhecimento público tem carácter reservado e confidencial.

9. JURISDIÇÃO

Os litígios emergentes do Contrato Cessão de Quota, ou relacionados com o mesmo, incluindo quanto à sua validade, interpretação ou execução, serão resolvidos a título definitivo pelos Tribunais da Comarca de Coimbra.

ANEXOS DO CADERNO DE ENCARGOS

- Anexo 1 – Descrição geral da Sociedade
- Anexo 2 – Estatutos da Sociedade
- Anexo 3 – Relatórios e Contas da Sociedade dos últimos 2 exercícios
- Anexo 4 – Relatório de avaliação da empresa

Lousã, 27 de janeiro de 2026

O Presidente da Câmara Municipal

Victor Eugénio das Neves Carvalho



ANEXO 1

DESCRIÇÃO GERAL DA SITUAÇÃO CORRENTE DA SOCIEDADE



DESCRIÇÃO GERAL DA SOCIEDADE

Nome da Sociedade: EMEQUATRO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS, LDA

NIPC: 503765457

Morada: Rua Doutor Henrique Figueiredo, 3200-235 Lousã

Forma jurídica: Sociedade por quotas

Data da constituição: 11.11.1996

Capital social: 80.000,00 €

Distribuição do capital social:

- À Volta das Palavras, Unipessoal, Lda – 98,00%
- Município da Lousã – 2,00 %

Atividade: Promover e desenvolver atividades na área do ensino e formação profissional, atividades relacionadas com as tecnologias de informação e atividades de animação sociocultura, Turismo Rural, Restauração, Aluguer de Equipamentos, Aluguer de Viaturas, Atividades de transportes, Design, Comunicação e Marketing, Agência de publicidade, Recursos Humanos, Atividade Artísticas, desportivas e recreativas, Eventos, Rádio, Jornais e edição, Programação, Atividades e Serviços administrativos e de apoio prestados a empresas, Agências de viagem, Escola de Condução, Atividades de Apoio Social com ou sem alojamento, Atividades de Museus, Atividade de diversão e recreativas, Atividades de Saúde Humana.

Classificação das atividades desenvolvidas (principal e secundárias):

Classificação da atividade principal

CAE 85320 - Ensino secundário profissional

Classificação da(s) atividade(s) secundária(s)

CAE 74130 - Atividades de design de interiores

CAE 35122 - Produção de eletricidade de origem eólica

CAE 79110 - Atividades das agências de viagens

CAE 73110 - Atividades das agências de publicidade

CAE 63920 - Outras atividades de serviços de informação



CAE 62900 - Outras atividades de serviços relacionados com as tecnologias da informação e informática

CAE 60100 - Atividades de radiodifusão e de distribuição de áudio

CAE 58130 - Edição de revistas e de outras publicações periódicas

CAE 85530 - Escolas de condução e pilotagem

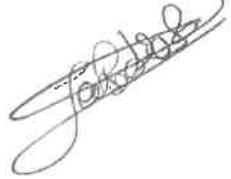
CAE 82300 - Organização de feiras, congressos e similares



ANEXO 2

ESTATUTOS DA SOCIEDADE

PACTO SOCIAL ATUALIZADO



ARTIGO 1.º

1. A Sociedade adota a firma Emequatro – Educação e Serviços, Limitada, tem a sua sede na Rua Dr. Henrique Figueiredo, freguesia da Lousã e Vilarinho e Concelho da Lousã.
2. A gerência da sociedade poderá mudar a sua sede para outro local do mesmo concelho, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação, onde e quando o julgue conveniente.

ARTIGO 2.º

A Sociedade tem por objetivo promover e desenvolver atividades na área do ensino e formação profissional, atividades relacionadas com as tecnologias de informação e atividades de animação sociocultural, Turismo Rural, Restauração, Aluguer de Equipamentos, Aluguer de Viaturas, Atividades de Transportes, Design, Comunicação e Marketing, Agência de Publicidade, Recursos Humanos, Atividades Artísticas, desportivas e recreativas, Eventos, Rádio, Jornais e Edição, Programação, Atividades e Serviços Administrativos e de apoio prestado a empresas, Agências de Viagem, Escola de Condução, Atividades de Apoio Social com ou sem alojamento, Atividades de Museus, Atividade de diversão e recreativas, Atividades de Saúde Humana.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de seis mil e seiscentos euros e corresponde às seguintes quotas:

- a) uma quota no valor nominal de mil e seiscentos euros, pertencente ao Município da Lousã;
- b) uma quota no valor nominal de mil e seiscentos euros, pertencente à sociedade À Volta das Palavras - Unipessoal, Lda;
- c) três quotas, cada uma no valor nominal de oitocentos e cinquenta euros, pertencentes à sociedade À Volta das Palavras - Unipessoal, Lda;
- d) duas quotas, cada uma no valor nominal de duzentos e oitenta e três euros, pertencentes à sociedade À Volta das Palavras - Unipessoal, Lda;
- e) uma quota no valor nominal de €73.684,00 (Setenta e Três Mil e Seiscentos e Oitenta e Quatro Euros), pertencente à sociedade À Volta das Palavras - Unipessoal, Lda.

ARTIGO 4.º

Podem ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital, até ao limite de vinte e quatro mil novecentos e trinta e nove euros e noventa centimos, desde que todos estejam de acordo.

ARTIGO 5.º

1. A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, é exercida por sócios ou não sócios eleitos em assembleia geral.

-
2. Para obrigar a sociedade em todos os seus atos e contratos, é necessária a assinatura de um gerente.

ARTIGO 6.º

Na cessação de quotas a terceiros têm direito de preferência os sócios não cedentes em primeiro lugar e a sociedade em segundo.

ARTIGO 7.º

1. A sociedade pode amortizar qualquer quota nos casos seguintes:
 - a) Quando em qualquer processo judicial, administrativo ou fiscal, se proceda a arresto, penhora arrematação, arrolamento, adjudicação, ou venda de quota ou parte dela;
 - b) Em caso de insolvência ou falência do sócio titular;
 - c) Quando a quota tenha sido transmitida sem prévio consentimento da sociedade;
2. O preço da quota para esse efeito, será o que resultar do balanço a que se proceda, aprovado em Assembleia Geral, devendo ser pago conforme deliberação a tomar em cada ano.

ARTIGO 8.º

Quando a Lei não exigir outras formalidades e prazos, as Assembleias Gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com a antecedência mínimas de vinte dias.



JOÃO PEDROSA

ADVOGADO

C. F.: 234227893 - C. P. 53704C

joaopedroso-53704c@adv.oa.pt

Telm.: 912 981 858



ANEXO 3

RELATÓRIOS E CONTAS DA SOCIEDADE DOS ÚLTIMOS 2 EXERCÍCIOS

RELATÓRIO DE GESTÃO

2023

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	Emequatro - Educação e Serviços, Lda
Morada	Rua Dr. Henrique Figueiredo
Código postal	3200-205
Localidade	Lousã

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	503765457
Classificação de actividade económica (CAE)	85320
Conservatória	Conservatória Registo Comercial da Lousã
Capital social	6600

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

Vem o órgão de gestão da entidade Emequatro - Educação e Serviços, Lda, em harmonia com o disposto nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, apresentar aos Exmos sócios o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, o Mapa dos Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo.

1. Evolução da actividade da empresa

A entidade tem vindo a desenvolver a sua actividade com normalidade, pelo que os seus objectivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

1.1. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0	0	0	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	491 450	356 988	134 462	37,67%
Gastos com o pessoal	573 875	528 501	45 374	8,59%
Gastos de depreciação e de amortização	84 778	86 324	-1 546	-1,79%
Perdas por imparidade	14 320	0	14 320	100,00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0,00%
Provisões do período	0	0	0	0,00%
Outros gastos e perdas	157 168	112 157	45 011	40,13%
Gastos e perdas de financiamento	7 710	9 477	-1 767	-18,65%
TOTAL	1 329 300	1 093 445	235 855	21,57%

1.2. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Vendas	0	0	0	0,00%
Prestações de serviços	64 596	39 454	25 142	63,72%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0,00%
Subsídios à exploração	1 447 578	1 241 260	206 319	16,62%
Reversões	0	0	0	0,00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	226	9 289	-9 063	-97,57%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0,00%
TOTAL	1 512 400	1 290 003	222 398	17,24%

1.3. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	275 588	292 358	-16 770	-5,74%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	190 810	206 034	-15 224	-7,39%
Resultado financeiro	-7 710	-9 477	1 767	18,65%
Resultado antes de impostos	183 100	196 557	-13 457	-6,85%
Imposto sobre o rendimento do período	22 555	23 071	-516	-2,24%
Resultado líquido do período	160 546	173 486	-12 940	-7,46%

1.4. A entidade verificou a seguinte evolução do capital próprio:

CAPITAL PRÓPRIO	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Capital realizado	6 600	6 600	0	0,00%
Acções (quotas) próprias	0	0	0	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	3 000	3 000	0	0,00%
Prémios de emissão	0	0	0	0,00%
Reservas legais	124 746	124 746	0	0,00%
Outras reservas	0	0	0	0,00%
Resultados transitados	1 028 847	854 111	174 736	20,46%
Ajustamentos em activos financeiros	0	0	0	0,00%
Excedentes de revalorização	0	0	0	0,00%
Outras variações no capital próprio	0	0	0	0,00%
Resultado líquido do período	160 546	173 486	-12 940	-7,46%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da actividade

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4.1. A entidade apresentou a seguinte evolução em termos financeiros:

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31/dez/23	31/dez/22
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Capital próprio	0,96	1,43
Endividamento global	Passivo total / Activo total	0,49	0,59
Solvabilidade	Capital próprio/ Passivo total	1,04	0,70

4.2. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

Emequatro – Educação e Serviços, Lda

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31/dez/23	31/dez/22
Liquidez geral	Activo corrente / Passivo corrente	1,49	1,55
Liquidez reduzida	(Activo corrente - inventários - activos biológicos - activos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	1,49	1,55

5. Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.

6. Número e valor nominal das quotas /acções próprias adquiridas e/ou alienadas no exercício, o motivo desses actos e o respectivo preço, bem como das detidas no final do exercício

Tal como, se verificou no quadro da evolução do capital próprio, a organização não detém quotas próprias.

7. Existência de negócios entre a sociedade e os seus gerentes/administradores, ao abrigo do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Não existem negócios deste tipo entre a sociedade e os seus legais representantes.

8. A existência de sucursais da sociedade

A sociedade não detém sucursais em território nacional.

9. Proposta de aplicação de resultados

A gerência propõe que o lucro líquido do exercício no valor de 160545,51 euros, seja concretizado em resultados transitados, em reservas legais até aos limites mínimos exigidos e o remanescente valor em outras reservas.

10. Agradecimentos

A gerência aproveita para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram.

Lousã, 6 de maio de 2024

Órgão de Gestão

Patrícia Isabel Fernandes Duarte

BALANÇO EM 31 de Dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	31 dez 2023	31 dez 2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		356 126,96	402 057,98
Propriedades de investimento		341 867,22	341 867,22
Goodwill		0,01	
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros		6 238,50	7 432,90
Créditos a receber			286,93
Ativos por Impostos diferidos			
		704 232,68	751 645,04
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Clientes		4 206,22	32 177,06
Estado e outros entes públicos		10 103,80	5 737,65
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber		1 388 356,16	1 450 278,48
Diferimentos		87 318,97	85 172,21
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários			
		401 074,71	492 859,57
		1 891 059,86	2 066 224,97
Total do ativo		2 595 292,54	2 817 870,01
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito		6 600,00	6 600,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio		3 000,00	3 000,00
Prémios de emissão			
Reservas legais		124 746,27	124 746,27
Outras reservas			
Resultados transitados		1 028 846,85	854 110,85
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		160 545,51	173 486,00
Dividendos antecipados			
Total do capital próprio		1 323 738,63	1 161 943,12
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			321 568,70
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar		334,31	
		334,31	321 568,70
Passivo corrente			
Fornecedores		40 319,57	37 078,42
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		42 183,70	33 735,19
Financiamentos Obtidos		184,99	50 024,94
Outras dívidas a pagar		162 861,71	143 620,70
Diferimentos		1 025 669,63	1 069 898,94
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		1 271 219,60	1 334 358,19
Total do passivo		1 271 553,91	1 655 926,89
Total do capital próprio e do passivo		2 595 292,54	2 817 870,01

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 de Dezembro de 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 dez 2023	31 dez 2022
Vendas e serviços prestados		64 595,99	39 454,14
Subsídios à exploração		1 447 578,45	1 241 259,67
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-491 449,97	-356 987,60
Gastos com o pessoal		-573 875,20	-528 500,80
Imparidade / Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-14 320,00	
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis			
Aumentos / reduções de justo valor		225,88	9 288,86
Outros rendimentos			
Outros gastos		-157 167,53	-112 156,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		275 587,62	292 357,61
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-84 777,60	-86 323,70
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		190 810,02	206 033,91
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-7 709,64	-9 476,64
Resultado antes de impostos		183 100,38	196 557,27
Imposto sobre o rendimento do período		-22 554,87	-23 071,27
Resultado líquido do período		160 545,51	173 486,00

ANEXO

2023

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	Emequatro - Educação e Serviços, Lda
Morada	Rua Dr. Henrique Figueiredo
Código postal	3200-205
Localidade	Lousã

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	503765457
Classificação de actividade económica (CAE)	85320
Conservatória	Conservatória Registo Comercial da Lousã
Capital social	6600

ÍNDICE DO ANEXO

1)	Nota 1 - Identificação da entidade	3
2)	Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	3
3)	Nota 3 - Principais políticas contabilísticas	4
4)	Nota 4 - Fluxos de Caixa	10
5)	Nota 5 - Clientes	10
6)	Nota 6 - Fornecedores.....	10
7)	Nota 7 - Financiamentos obtidos	11
8)	Nota 8 - Estado e outros entes públicos	11
9)	Nota 9 - Inventário e activos biológicos	11
10)	Nota 10 - Activos fixos tangíveis	12
11)	Nota 11 - Capital realizado.....	12
12)	Nota 12 - Resultados transitados	12
13)	Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos.....	13
14)	Nota 14 - Gastos com o pessoal	13
15)	Nota 15 - Provisões	14
16)	Nota 16 - Outros gastos e perdas	14
17)	Nota 17 - Resultados financeiros.....	14
18)	Nota 18 - Eventos subsequentes	14
19)	Nota 19 - Informações exigidas por diplomas legais.....	15

Emequatro - Educação e Serviços, Lda**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023**

(Valores expressos em euros)

1) Nota 1 - Identificação da entidade

A Empresa Emequatro - Educação e Serviços, Lda, foi constituída em 1996, tem a sua sede em Lousã, com o número de identificação fiscal (NIF) 503765457, com o CAE n.º 85320. A Empresa tem como atividade principal a ENSINOS SECUNDÁRIOS TECNOLÓGICO, ARTÍSTICO E PROFISSIONAL.

2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**a) Referencial Contabilístico**

Em 2024 as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de Emequatro - Educação e Serviços, Lda são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2021 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em

alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.8. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda do produto no momento da colheita.

Na determinação do justo valor foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, a produtividade, o preço de venda do produto deduzido dos custos da plantação e manutenção e da colheita e transporte e a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que a Empresa espera obter.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período das campanhas, preço, custo e outras premissas são reconhecidas como proveitos ou gastos operacionais.

No momento da campanha, o produto é valorizado ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

3.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas refletem o seu valor realizável líquido.

3.10. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

3.11. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.14. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.18. Réido e regime do acréscimo

O réido comprehende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O réido é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece réido quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do réido não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.19. Reconhecimento do réido em contratos de construção

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

3.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projectos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

4) Nota 4 - Fluxos de Caixa

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEDIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/dez/23	31/dez/22
Caixa	1	320
Depósitos à ordem	349 272	490 738
Outros depósitos bancários	51 802	1 802
Outros instrumentos financeiros	-	-
TOTAL	401 075	492 860

5) Nota 5 - Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2023 e 2022 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/dez/23	31/dez/22
Clientes conta corrente	4 206	32 177
Clientes títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	14 320	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	(14 320)	-
TOTAL	4 206	32 177
Adiantamentos de Clientes	-	-

6) Nota 6 - Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2023 e 2022 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/dez/23	31/dez/22
Fornecedores conta corrente	18 703	11 997
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	21 038	21 617
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	39 741	33 613
Adiantamentos a fornecedores	-	-

7) Nota 7 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está descriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31/dez/23		31/dez/22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	185	321 569	50 025
Descobertos bancários	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
TOTAL	-	185	321 569	50 025

8) Nota 8 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/23		31/dez/22	
	Activo			
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	10 104		5 738	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	9 275		-	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	813		5 738	
Segurança social	15		-	
Outros impostos e taxas	-		-	
Passivo	(42 184)		(33 735)	
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-		(2 635)	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(12 407)		(6 663)	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-		-	
Segurança social	(29 776)		(24 185)	
Outros impostos e taxas	-		(252)	
TOTAL	(32 080)		(27 998)	

9) Nota 9 - Inventário e ativos biológicos

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a descriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ACTIVOS BIOLÓGICOS	31/dez/23		31/dez/22	
Inventário inicial	-		-	
Compras de inventários e act. biológicos consumíveis	-		-	
Reclassificação e regularização de inventários e act. biológicos consumíveis	-		-	
CMVMC - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-		-	
Inventário final	-		-	

10) Nota 10 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2023 e 2022.

Erro! Não é possível criar objetos a partir de códigos de campo de edição.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2023				
	Saldo em 1/jan/23	Aquisições Dotações	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/23
Activo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	391 873	-	-	-	391 873
Equipamento básico	485 262	10 934	-	-	496 196
Equipamento de transporte	53 800	13 750	-	-	67 550
Equipamento administrativo	220 749	-	-	-	220 749
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	81 517	-	-	-	81 517
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do activo bruto	1 233 201	24 684	-	-	1 257 885
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(145 009)	(35 023)	-	-	(180 032)
Equipamento básico	(351 785)	(21 569)	-	-	(373 354)
Equipamento de transporte	(32 083)	(14 023)	-	-	(46 106)
Equipamento administrativo	(220 749)	-	-	-	(220 749)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	(81 517)	(0)	-	-	(81 517)
Total de depreciações acumuladas	(831 143)	(70 615)	-	-	(901 758)
Total do activo líquido	402 058	(45 931)	-	-	356 127

11) Nota 11 – Acionistas/sócios

A conta 26 – acionistas/sócios regista todas as transações que não sejam consideradas correntes, nem transações relacionadas com imobilizado ou investimentos financeiros.

A decomposição desta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

ACCIONISTAS/SÓCIOS	31/dez/23	31/dez/22
Accionistas c/ subscrição	-	-
Quotas não liberadas	-	-
Adiantamentos por conta de lucros	-	-
Resultados atribuídos	-	-
Lucros disponíveis	-	-
Empréstimos concedidos - empresa-mãe	-	-
Outras operações	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-

12) Nota 12 - Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 30 de Março de 2023, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

13) Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/23	31/dez/22
Subcontratos	129 994	97 158
Serviços especializados	276 754	187 655
Trabalhos especializados	14 935	18 749
Publicidade e propaganda	28 218	25 244
Vigilância e segurança	996	987
Honorários	210 666	130 185
Comissões	-	-
Conservação e reparação	14 764	9 796
Outros	7 175	2 694
Materiais	25 186	14 956
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	20 381	12 630
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	4 703	2 326
Artigos para oferta	102	-
Outros	-	-
Energia e fluidos	10 149	8 857
Electricidade	-	-
Combustíveis	4 187	4 815
Água	4 646	3 265
Outros	1 316	777
Deslocações, estadas e transportes	2 869	1 551
Deslocações e estadas	2 869	1 551
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	46 499	46 811
Rendas e alugueres	18 975	14 953
Comunicação	2 689	8 264
Seguros	8 193	5 037
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	345	95
Despesas de representação	14 099	9 158
Limpeza, higiene e conforto	1 897	1 774
Outros serviços	302	7 530
TOTAL	491 450	356 988

14) Nota 14 - Gastos com o pessoal

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

GASTOS COM O PESSOAL	31/dez/23	31/dez/22
Remunerações dos orgãos sociais	48 556	52 363
Remunerações do pessoal	385 352	354 027
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	89 399	96 841
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2 478	4 597
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com o pessoal	48 090	20 672
TOTAL	573 875	528 501

15) Nota 15 - Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 está evidenciado na seguinte tabela:

PROVISÕES	31/dez/23	31/dez/22
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Aumento de provisões	-	-
Reversão de provisões	-	-
Utilização de provisões	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	-	-

16) Nota 16 - Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma descriminada a rúbrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/dez/23	31/dez/22
Impostos	31 448	14 708
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	51	-
Correcções relativas a períodos anteriores	274	783
Donativos	550	609
Quotizações	900	960
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	123 945	95 096
TOTAL	157 168	112 157

17) Nota 17 - Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2023 e 2022:

RESULTADOS FINANCEIROS	31/dez/23	31/dez/22
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	7 710	9 477
Juros suportados	7 710	9 477
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	(7 710)	(9 477)

18) Nota 18 - Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

19) Nota 19 - Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2023, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2023.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Órgão de Gestão**Contabilista Certificado**

RELATÓRIO DE GESTÃO

2024

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Designação	Emequatro - Educação e Serviços, Lda
Morada	Rua Dr. Henrique Figueiredo
Código postal	3200-205
Localidade	Lousã

DADOS DA EMPRESA

Número de identificação fiscal (NIF)	503765457
Classificação de actividade económica (CAE)	85320
Conservatória	Conservatória Registo Comercial da Lousã
Capital social	80 000,00

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

Vem o órgão de gestão da entidade Emequatro - Educação e Serviços, Lda, em harmonia com o disposto nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, apresentar aos Exmos. sócios o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, o Mapa dos Fluxos de Caixa e o respetivo anexo.

1. Evolução da atividade da empresa

A entidade tem vindo a desenvolver a sua atividade com normalidade, pelo que os seus objetivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

1.1. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31/12/2024	31/12/2023	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	-	-	-%
Fornecimentos e serviços externos	554 295	491 450	62 845	13%
Gastos com o pessoal	611 193	573 875	37 318	7%
Gastos de depreciação e de amortização	92 738	84 778	7 961	9%
Perdas por imparidade	-	14 320	-14 320	-100%
Perdas por reduções de justo valor	-	-	-	-%
Provisões do período	-	-	-	-%
Outros gastos e perdas	213 041	157 168	55 874	36%
Gastos e perdas de financiamento	0	7 710	-7 709	-100%
TOTAL	1 471 268	1 329 300	141 969	11%

1.2. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31/12/2024	31/12/2023	Δ Valor	Δ %
Vendas	-	-	-	-%
Prestações de serviços	2 650	64 596	-61 946	-96%
Variações nos inventários de produção	-	-	-	-%
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-%
Subsídios à exploração	1 813 850	1 447 578	366 272	25%
Reversões	-	-	-	-%
Ganhos por aumentos de justo valor	-	-	-	-%
Outros rendimentos e ganhos	4 584	226	4 358	1 930%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	10 322	-	10 322	100%
TOTAL	1 831 406	1 512 400	319 006	21%

1.3. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31/12/2024	31/12/2023	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	442 554	275 588	166 966	61%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	349 816	190 810	159 006	83%
Resultado financeiro	10 322	-7 710	18 032	234%
Resultado antes de impostos	360 138	183 100	177 038	97%
Imposto sobre o rendimento do período	68 253	20 077	48 176	240%
Resultado líquido do período	291 885	163 024	128 861	79%

1.4. A entidade verificou a seguinte evolução do capital próprio:

CAPITAL PRÓPRIO	31/12/2024	31/12/2023	Δ Valor	Δ %
Capital realizado	80 000	6 600	73 400	1 112%
Ações (quotas) próprias	-	-	-	-%
Outros instrumentos de capital próprio	3 000	3 000	-	-%
Prémios de emissão	-	-	-	-%
Reservas legais	4 746	124 746	-120 000	-96%
Outras reservas	-	-	-	-%
Resultados transitados	1 273 142	1 028 847	244 295	24%
Ajustamentos em ativos financeiros	-	-	-	-%
Excedentes de revalorização	-	-	-	-%
Outras variações no capital próprio	-	-	-	-%
Resultado líquido do período	291 885	163 024	128 861	79%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da atividade

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4.1. A entidade apresentou a seguinte evolução em termos financeiros:

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31/12/2024	31/12/2023
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Capital próprio	2,14	0,96
Endividamento global	Passivo total / Ativo total	0,68	0,49
Solvabilidade	Capital próprio/ Passivo total	0,47	1,04
Solvabilidade total	Ativo total / Passivo total	1,47	2,04
Autonomia financeira	Capital próprio / Ativo	0,32	0,51

4.2. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31/12/2024	31/12/2023
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	1,26	1,49
Liquidez reduzida	(Ativo corrente - inventários - ativos biológicos - ativos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	1,26	1,49
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	0,13	0,32

5. Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.

6. Número e valor nominal das quotas /ações próprias adquiridas e/ou alienadas no exercício, o motivo desses atos e o respetivo preço, bem como das detidas no final do exercício

Tal como, se verificou no quadro da evolução do capital próprio, a organização não detém quotas próprias.

7. Existência de negócios entre a sociedade e os seus gerentes/administradores, ao abrigo do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais

Não existem negócios deste tipo entre a sociedade e os seus legais representantes.

8. A existência de sucursais da sociedade

A sociedade não detém sucursais em território nacional.

9. Proposta de aplicação de resultados

A gerência propõe que o lucro líquido do exercício no valor de 291 885 euros, seja concretizado em resultados transitados, em reservas legais até aos limites mínimos exigidos e o remanescente valor em outras reservas.

10. Agradecimentos

A gerência aproveita para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram.

Lousã, 31 de março de 2025

Órgão de Gestão

Patrícia Isabel Fernandes Duarte

Emequatro - Educação e Serviços, Lda

Contribuinte: 503765457

Balanço em 31 dezembro 2024

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9,13	374 673,63	356 126,96
Propriedades de investimento			
Goodwill		341 867,22	341 867,22
Ativos Intangíveis	8		
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros			
Créditos a receber	24	8 063,50 186,26	6 238,50
Ativos por Impostos diferidos			
		Total do ativo não corrente	724 790,61
Ativo corrente			
Inventários	20		
Ativos biológicos	25		
Clientes	23		
Estado e outros entes públicos			4 206,22
Capital subscrito e não realizado		28 670,98	12 581,84
Outros créditos a receber			
Diferimentos		3 937 821,24	1 388 356,16
Ativos financeiros detidos para negociação		86 389,91	87 318,97
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	5	444 707,76	401 074,71
		Total do ativo corrente	4 497 589,89
			Total do ativo
			5 222 380,50
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito		80 000,00	6 600,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio		3 000,00	3 000,00
Prémios de emissão			
Reservas legais		4 746,27	124 746,27
Outras reservas			
Resultados transitados			1 273 142,29
Excedentes de revalorização			1 028 846,85
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio			
Dividendos antecipados			
Resultado líquido do período		291 884,93	163 023,55
		Total do capital próprio	1 652 773,49
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financamentos Obtidos	11,12		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			334,31
		Total do passivo não corrente	334,31
Passivo corrente			
Fornecedores	24	43 146,91	40 319,57
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos			
Financiamentos Obtidos	11,12	104 179,56 111,25 159 334,20 3 262 835,09	42 183,70 184,99 162 861,71 1 025 669,63
Outras dívidas a pagar			
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		Total do passivo corrente	3 569 607,01
			Total do passivo
			3 569 607,01
			1 271 219,60
			1 271 553,91
			5 222 380,50
			2 597 770,58

A Empresa reconhece crédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do crédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

4.19. Reconhecimento do crédito em contratos de construção

A entidade não detém situações de contratos de construção.

4.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

4.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

4.14. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

4.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

4.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

4.18. Rérito e regime do acréscimo

O rérito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rérito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

4.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria até ao montante de 50.000,00 e 21% sobre o excedente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

4.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

4.8. Ativos biológicos

A entidade não detém ativos biológicos.

4.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

4.10. Ativos financeiros detidos para negociação

A entidade não detém ativos financeiros detidos para negociação.

4.11. Ativos não correntes detidos para venda

De igual modo, a entidade não detém de investimentos disponíveis para venda.

4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

A entidade não detém propriedades de investimento.

4.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

4.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.

É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciable do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

RÚBRICAS	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras construções	10 a 25
Equipamento básico	4 a 14
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

A quantia escriturada do bem é desconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

4.3. Propriedades de investimento

Emequatro - Educação e Serviços, Lda

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

1- Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade: Emequatro - Educação e Serviços, Lda

1.2 Sede: Lousã

1.3 Natureza da atividade: ENSINOS SECUNDÁRIOS TECNOLÓGICO,ARTÍSTICO E PROFIS.

1.4 Período das demonstrações financeiras: Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da empresa, foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior

3 - Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009).

4 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

4.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de Emequatro - Educação e Serviços, Lda são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

ANEXO

2024

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Designação	Emequatro - Educação e Serviços, Lda
Morada	Rua Dr. Henrique Figueiredo
Código postal	3200-205
Localidade	Lousã

DADOS DA EMPRESA

Número de identificação fiscal (NIF)	503765457
Classificação de actividade económica (CAE)	85320
Conservatória	Conservatória Registo Comercial da Lousã
Capital social	80 000,00

Emequatro - Educação e Serviços, Lda

Contribuinte: 503765457

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 dezembro 2024

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Vendas e serviços prestados	22	2 649,70	64 595,99
Subsídios à exploração		1 813 850,04	1 447 578,45
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	27	-554 295,23	-491 449,97
Gastos com o pessoal	28	-611 193,47	-573 875,20
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14		-14 320,00
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	29,32	14 906,70	225,88
Outros gastos	30	-213 041,31	-157 167,53
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		452 876,43	275 587,62
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	31	-92 738,22	-84 777,60
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		360 138,21	190 810,02
Juros e rendimentos similares obtidos	26		
Juros e gastos similares suportados	26	-0,24	-7 709,64
Resultado antes de impostos		360 137,97	183 100,38
Imposto sobre o rendimento do período		-68 253,04	-20 076,83
Resultado líquido do período		291 884,93	163 023,55

5 - Fluxos de caixa

5.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	48	1
Depósitos à ordem	39 659	349 272
Outros depósitos bancários	405 002	51 802
Outros instrumentos financeiros	-	-
Total	444 708	401 075

6 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

6.1 – As demonstrações financeiras são comparáveis com as apresentadas no comparativo.

6.2 – As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.

6.3 – Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.

6.4 – Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

7 - Partes relacionadas

7.1 - Relacionamentos com empresas-mãe:

Nome da empresa-mãe:

7.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão:

7.3 - Transações entre partes relacionadas:

No período em análise, verificam-se com sociedades do Grupo a que pertence, as seguintes ocorrências, em euros:

ENTIDADE RELACIONADA	Transações		Saldos pendentes	
	Alienações	Aquisições	Devedor	Credor

Não existem ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes.

8 - Ativos intangíveis

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

O método de amortização usado é o das quotas constantes.

As seguintes tabelas evidenciam a movimentação nos ativos intangíveis de 2024 e 2023:

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2024				
	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Abates	Transf.	Saldo em 31/12/2024
Goodwill	341 867	-	-	-	341 867
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	7 781	-	-	-	7 781
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	349 648	-	-	-	349 648
Total de amortizações acumuladas	-7 781	-	-	-	-7 781
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	341 867	-	-	-	341 867

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2023				
	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Abates	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Goodwill	341 867	-	-	-	341 867
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	7 781	-	-	-	7 781
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	349 648	-	-	-	349 648
Total de amortizações acumuladas	-7 781	-	0	-	-7 781
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	341 867	-	0	-	341 867

9 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2024 e 2023:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2024			
	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Abates	Saldo em 31/12/2024
Ativo bruto				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	391 873	-	-	391 873
Equipamento básico	496 196	109 264	-2 979	602 481
Equipamento de transporte	67 550	5 000	-	72 550
Equipamento administrativo	220 749	-	-	220 749
Equipamento biológico	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	81 517	-	-	81 517
Investimentos em curso	-	-	-	-
Total do ativo bruto	1 257 885	114 264	-2 979	1 369 170

Depreciações acumuladas	31 de dezembro de 2024			
	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Abates	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-180 032	-35 023	-	-215 055
Equipamento básico	-373 354	-44 969	-	-418 323
Equipamento de transporte	-46 106	-12 746	-	-58 852
Equipamento administrativo	-220 749	-	-	-220 749
Equipamento biológico	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-81 517	-	-	-81 517
Total de depreciações acumuladas	-901 758	-92 738	-	-994 496
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-
Total do ativo líquido	356 127	21 526	-2 979	374 674

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2023			
	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Abates	Saldo em 31/12/2023
Ativo bruto				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	391 873	-	-	391 873
Equipamento básico	485 262	31 274	-20 341	496 196
Equipamento de transporte	53 800	13 750	-	67 550
Equipamento administrativo	220 749	-	-	220 749
Equipamento biológico	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	81 517	-	-	81 517
Investimentos em curso	-	-	-	-
Total do ativo bruto	1 233 201	45 024	-20 341	1 257 885

Depreciações acumuladas	31 de dezembro de 2023			
	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Abates	Saldo em 31/12/2023
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-145 009	-35 023	0	-180 032
Equipamento básico	-351 785	-35 732	14 163	-373 354
Equipamento de transporte	-32 083	-14 023	-	-46 106
Equipamento administrativo	-220 749	-	-	-220 749
Equipamento biológico	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-81 517	-	0	-81 517
Total de depreciações acumuladas	-831 143	-84 778	14 163	-901 758
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-
Total do ativo líquido	402 058	-39 753	-6 178	356 127

10 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades descontinuadas

Não aplicável.

11 - Locações

Quando aplicável os saldos pendentes de locações são os que se apresentam na tabela seguinte:

LOCAÇÕES	31/12/2024		31/12/2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações financeiras	-	-	-	-

Em todos os contratos de locação financeira existe opção de compra e não existem restrições impostas.

12 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31/12/2024		31/12/2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	111	-	185
Descobertos bancários	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
Total	-	111	-	185

13 - Propriedades de investimento

Não aplicável.

14 - Imparidade de ativosImparidade de Inventários

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Imparidade de Inventários dos períodos de 2024 e 2023

IMPARIDADE DE INVENTÁRIOS	31/12/2024	31/12/2023
Imparidade acumulada no início do período	-	-
Perdas do exercício	-	-
Reversões do exercício	-	-
Imparidade acumulada no fim do período:	-	-

Imparidade de Dívidas a Receber

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Imparidade de Dívidas a Receber dos períodos de 2024 e 2023

IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	31/12/2024	31/12/2023
Imparidade acumulada no início do período	-14 320	-
Perdas do exercício	-	-14 320
Reversões do exercício	-	-
Imparidade acumulada no fim do período:	-14 320	-14 320

15 - Interesses em empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Ganhos / Perdas imputados de Subsidiárias, Associadas dos períodos de 2024 e 2023

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	-	-
Resultados imputados	-	-
Resultados distribuídos	-	-
Outros movimentos	-	-
Saldo Final	-	-

16 - Concentrações de atividades empresariais

Não aplicável.

17 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

GANHOS / PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS	31/12/2024	31/12/2023
Ganhos por aplicação do método de equivalência patrimonial	-	-
Ganhos por alienações	-	-
Outros rendimentos e ganhos	-	-
Cobertura de Prejuízos	-	-
Perdas por aplicação do método de equivalência patrimonial	-	-
Perdas por alienações	-	-
Outros gastos e perdas	-	-
Total	-	-

18 - Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

19 - Agricultura

Não aplicável.

20 - Inventários

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de Dezembro de 2024 e 2023, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	31/12/2024	31/12/2023
Inventário inicial de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consumo	-	-
Compras	-	-
Reclassificação e regularização	-	-
Custo das mercadorias vendidas, matérias e ativos biológicos consumidos	-	-
Inventário final de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	-	-
Imparidade acumulada de Merc., Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	-	-
Sub-total:	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Ativos biológicos de produção	-	-
Imparidade acumulada de produtos e at. biológicos de produção	-	-
Sub-total:	-	-
Total de inventários e de ativos biológicos:	-	-

Variação nos Inventários da Produção

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Variação nos Inventários da Produção períodos de 2024 e 2023:

VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Ativos biológicos	-	-
Total	-	-

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, períodos de 2024 e 2023

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-
Ativos biológicos (consumíveis)	-	-
Total	-	-

21 - Contratos de construção

Não aplicável.

22 - Réido

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2024 e 2023

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	31/12/2024	31/12/2023
Vendas de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos Acabados	-	-
Prestação de Serviços	2 650	64 596
Total:	2 650	64 596

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	31/12/2024	31/12/2023
Nacional	2 650	64 596
União Europeia	-	-
Países Terceiros	-	-
Total:	2 650	64 596

23 - Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2024 e 2023 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/12/2024	31/12/2023
Clientes conta corrente	-	4 206
Clientes títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	14 320	14 320
Clientes perda por imparidade acumuladas	-14 320	-14 320
Total	-	4 206
Adiantamentos de Clientes	-	-

24 - Fornecedores e outros devedores e credores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2024 e 2023 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores conta corrente	27 267	18 703
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	15 880	21 617
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
Total	43 147	40 320
Adiantamentos a fornecedores	-1 534	-1 526

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DÍVIDAS A PAGAR	31/12/2024	31/12/2023
A RECEBER		
Fornecedores - Devedores	1 534	1 526
Devedores de remunerações a pagar	-	-
Devedores de outras contas de pessoal	-	-
Devedores por adiantamentos ao pessoal	-	-
Devedores de fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos de fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros devedores	3 936 473	1 386 830
Perdas por imparidades acumuladas	-	-
 A PAGAR		
Cientes - Credores	-	-
Remunerações a pagar	-	-
Outras contas de pessoal	-79 477	-79 812
Fornecedores de investimentos	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-64 956	-82 688
Disponibilidades negativas	-	-
Outros credores	-14 901	-696
Total	3 778 673	1 225 160

25 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	62	12 582
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	-	11 753
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	813
Segurança social	62	15
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	62	12 582
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	-39 644	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-9 807	-12 407
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-352	-
Segurança social	-25 767	-29 776
Outros impostos e taxas	-	-
Total	-75 509	-29 602

26 - Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2024 e 2023:

RESULTADOS FINANCEIROS	31/12/2024	31/12/2023
Juros e rendimentos similares obtidos	10 322	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	10 322	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	0	-7 710
Juros suportados	0	-7 710
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	10 322	-7 710

27 - Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/12/2024	31/12/2023
Subcontratos	136 559	129 994
Serviços especializados	321 044	276 754
Trabalhos especializados	35 371	14 935
Publicidade e propaganda	17 440	28 218
Vigilância e segurança	984	996
Honorários	240 879	210 666
Comissões	-	-
Conservação e reparação	26 120	14 764
Outros	250	7 175
Materiais	29 905	25 186
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	20 247	20 381
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	3 851	4 703
Artigos para oferta	5 806	102
Outros	-	-
Energia e fluidos	12 400	10 149
Eletricidade	-	-
Combustíveis	5 559	4 187
Água	5 506	4 646
Outros	1 334	1 316
Deslocações, estadas e transportes	2 987	2 869
Deslocações e estadas	2 987	2 869
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	51 401	46 499
Rendas e alugueres	17 144	18 975
Comunicação	2 588	2 689
Seguros	9 729	8 193
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	573	345
Despesas de representação	16 720	14 099
Limpeza, higiene e conforto	4 391	1 897
Outros serviços	256	302
Total	554 295	491 450

28 - Gastos com pessoal

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2024 e 2023

GASTOS COM PESSOAL	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações dos órgãos sociais	-52 838	-48 556
Remunerações do pessoal	-433 650	-385 352
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	-103 972	-89 399
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	-3 705	-2 478
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	-17 028	-48 090
Total	-611 193	-573 875

REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO PESSOAL ÁREAS-CHAVE	31/12/2024	
	Orgãos	Supervisão
	Administração	Direção
Total de remunerações	-	-
Total de benefícios a curto prazo	-	-
Total benefícios pós-emprego	-	-
Total de outros benefícios a longo prazo	-	-
Benefícios por cessação de emprego	-	-
Benefícios de remuneração em capital próprio	-	-
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	-	-
Total	-	-
N. de Trabalhadores	-	-

29 - Outros Rendimentos e Ganhos

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2024 e 2023:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	168	4
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos	4 416	222
Total	4 584	226

30 - Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rúbrica “outros gastos e perdas” considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/12/2024	31/12/2023
Impostos	26 037	31 448
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	51
Correções relativas a períodos anteriores	12	274
Donativos	3 345	550
Quotizações	960	900
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	182 688	123 945
Total	213 041	157 168

31 - Gastos / Reversões de depreciação e amortização

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2024 e 2023:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Propriedades de investimento	-	-
Ativos fixos tangíveis	-92 738	-84 778
Ativos intangíveis	-	-
Reversões	-	-
Total	-92 738	-84 778

32 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2024 e 2023:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 813 850	1 447 578
Subsídios de outras entidades	-	-
Total	1 813 850	1 447 578

33 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

34 - Acontecimentos após a data do balanço

Não aplicável.

35 - Matérias ambientais

Não aplicável.

36 - Instrumentos financeiros

Não aplicável.

37 - Benefícios dos empregados

Não aplicável.

38 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

39 - Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

40 - Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2024, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2024.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.



ANEXO 4

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EMPRESA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EMPRESA

EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda.



Bruno José Machado de Almeida



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

IPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176 * CMVM nº 20161478

Informação/Aviso/Disclaimer

- O presente relatório apresenta as conclusões sobre a avaliação económico-financeira da **EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda.** levado a efeito pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) Bruno José Machado de Almeida.
- Na elaboração deste relatório de avaliação, o ROC teve acesso a um conjunto de informações que lhe foi facultado pelo Município da Lousã e pela empresa EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda.
- As demonstrações financeiras que serviram de base à elaboração deste relatório não foram auditadas pelo ROC nem por qualquer outro ROC. O ROC não coloca em causa a exatidão, veracidade e abrangência da documentação que lhe foi fornecida.
- A presente avaliação económico-financeira é reportada a 31 de dezembro de 2024.

Introdução

O presente relatório de avaliação foi elaborado na sequência da nossa contratação pelo Município da Lousã, com o objetivo de proceder à determinação do valor de mercado da sociedade **EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda.**, no âmbito das competências e interesses do Município enquanto entidade com participação no capital social da empresa.

A EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda. é uma sociedade por quotas de direito português, com sede no concelho da Lousã, cuja atividade principal se enquadra no ensino secundário profissional, desenvolvendo ainda um conjunto alargado de atividades complementares nas áreas da educação, formação, serviços e projetos de interesse público. A empresa apresenta uma trajetória de atividade consolidada, encontrando-se integrada no tecido económico e social local, com relevância particular no domínio da formação e qualificação de recursos humanos.

A avaliação ora desenvolvida tem como objetivo principal fornecer ao Município da Lousã uma referência fundamentada do valor económico da empresa, suportada em critérios técnicos e financeiros, permitindo apoiar processos de decisão de natureza estratégica, financeira ou institucional. Para esse efeito, a análise baseia-se na informação económico-financeira histórica disponibilizada e em metodologias de avaliação geralmente aceites no contexto profissional.

Importa salientar que o valor apurado no presente relatório não constitui um valor absoluto, definitivo ou garantido, mas sim uma estimativa de referência, resultante da aplicação de pressupostos, hipóteses e metodologias que refletem a informação disponível à data da avaliação e as condições económicas então observáveis. O valor de mercado de uma empresa é, por natureza, dependente do contexto, das expectativas dos agentes económicos e das circunstâncias específicas de cada transação, podendo divergir do valor aqui estimado em função de fatores externos ou supervenientes.

Neste sentido, o presente relatório deve ser entendido como um instrumento de apoio à decisão, não substituindo a necessária ponderação por parte do Município da Lousã nem dispensando a consideração de outros elementos de natureza jurídica, estratégica, social ou política que possam ser relevantes no âmbito das decisões a tomar.

1. Metodologias de avaliação

A determinação do valor de mercado de uma empresa constitui um exercício de natureza técnica que implica a aplicação de metodologias de avaliação reconhecidas, devidamente ajustadas às características específicas da entidade avaliada, ao contexto setorial em que se insere e à finalidade da avaliação.

Neste capítulo são apresentadas as metodologias de avaliação adotadas no presente relatório. A seleção das metodologias teve em consideração a natureza da atividade da EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda., o seu historial económico-financeiro, a estrutura patrimonial, a previsibilidade dos fluxos económicos futuros e a disponibilidade de informação fiável.

Atendendo às características da empresa e às boas práticas no domínio da avaliação de empresas, optou-se por recorrer a mais do que uma abordagem de avaliação, de forma a assegurar uma análise equilibrada e a permitir a triangulação de resultados, reduzindo o risco de enviesamento inerente à utilização de um único método. As metodologias aplicadas incluem abordagens baseadas nos resultados e fluxos económicos, no valor patrimonial e de acordo com critérios fiscais, sendo cada uma delas analisada, ao longo do relatório, quanto à sua adequação e limitações.

Importa sublinhar que cada metodologia reflete uma perspetiva distinta de criação de valor, podendo conduzir a estimativas diferentes, as quais deverão ser interpretadas de forma integrada. O valor final de referência resulta, assim, de uma apreciação crítica dos resultados obtidos pelas diferentes metodologias, ponderados à luz do contexto económico, setorial e institucional em que a empresa opera.

Existem vários métodos de avaliação de empresas. Os métodos de avaliação normalmente adotados são o método dos fluxos de caixa descontados e o método do valor patrimonial. No entanto, existem outros métodos, alguns definidos pela legislação fiscal e outros que são uma prática simplificada do mercado. O que normalmente sucede é a **aplicação de mais do que um método, sendo os resultados obtidos “ponderados”** com o objetivo de se chegar ao valor que represente a melhor estimativa possível do valor económico da entidade em análise.

Nos pontos seguintes procede-se à uma breve descrição detalhada de cada metodologia utilizada:

1.1. Avaliação Patrimonial Contabilística

Este método baseia-se nos valores expressos pelas demonstrações financeiras da empresa. O valor da empresa é o valor do seu património líquido, ou seja, o valor do seu capital próprio (a diferença entre o ativo e o passivo).

Este método é o mais fácil e simples de ser aplicado. Existem, no entanto, diversos fatores que dificultam a sua utilização, entre os quais é possível destacar:

- as demonstrações financeiras estão normalmente valorizadas ao custo de aquisição, não refletindo os valores de mercado dos ativos;
- nas demonstrações financeiras, por vezes, não são considerados alguns itens relevantes na estimativa do valor duma empresa, como é o caso dos ativos intangíveis (marcas, goodwill, etc.).

Assim, este método é utilizado em situações específicas, como em caso de liquidação, empresas que não geram fluxos de caixa positivos, quando o comprador estiver interessado apenas nas instalações físicas da empresa e não no potencial de geração de fluxos de caixa, etc.

1.2. Avaliação pelos Fluxos de Caixa Atualizados

De acordo com este método, o valor de uma empresa é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa projetados, descontados a uma taxa que reflete a rentabilidade exigida para uma aplicação sem risco e o risco associado ao negócio em causa.

Como indicador da capacidade de geração de riqueza da empresa, encontramos no fluxo de caixa a evidência clara da eficiência de determinado negócio. Com base no fluxo de caixa, são superadas as dificuldades existentes na avaliação patrimonial, ficando explícito o potencial de geração de fluxos de caixa dos ativos de determinada empresa.

1.3. Avaliação pelos Método dos Múltiplos do EBITDA

O Método dos Múltiplos do EBITDA é uma técnica comum de avaliação de empresas. O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization*) representa o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização e é uma medida que reflete a performance operacional da empresa.

Para aplicar este método, após o cálculo do valor do EBITDA da entidade num determinado período, o próximo passo é encontrar comparáveis no mesmo setor ou com características de mercado semelhantes. O múltiplo do EBITDA é então calculado para essas empresas, geralmente como a relação entre o valor da empresa (*Enterprise Value*) e o EBITDA.

1.4. Avaliação pelo Método determinado pelo Código do Imposto de Selo

Trata-se do método prescrito pelo Código do Imposto de Selo para os casos das transmissões gratuitas de participações sociais. Apesar de carecer de sustentação teórica, sendo um método previsto na legislação fiscal, é uma forma objetiva de definir o valor de uma sociedade e das suas participações sociais.

Os pressupostos adotados, os cálculos efetuados e as principais vantagens e limitações de cada abordagem, de modo a assegurar transparência, coerência e rigor técnico no processo de avaliação serão abordados no capítulo 4 deste relatório.

2. Limitações da Avaliação

A avaliação realizada encontra-se sujeita a um conjunto de **limitações inerentes ao próprio processo de avaliação de empresas**, as quais devem ser consideradas na interpretação dos resultados apresentados:

1. **Dependência da informação disponibilizada:** A análise baseia-se na informação financeira, contabilística e institucional disponibilizada pela entidade avaliada e em fontes públicas ou estatísticas consideradas fiáveis. Não foi efetuada qualquer **auditoria independente** à informação subjacente, pelo que se assume que os dados analisados são completos, exatos e preparados de acordo com os normativos contabilísticos aplicáveis;
2. **Natureza estimativa do valor apurado:** O valor de mercado determinado não constitui um valor absoluto, exato ou garantido, mas sim uma **estimativa de referência**, resultante da aplicação de modelos, pressupostos e hipóteses que refletem a informação disponível e as expectativas razoáveis à data da avaliação;
3. **Sensibilidade a pressupostos e cenários:** Os resultados da avaliação são sensíveis a alterações nos pressupostos adotados, nomeadamente no que respeita a expectativas de crescimento, níveis de rentabilidade, enquadramento macroeconómico, políticas públicas de financiamento e condições de mercado. Pequenas variações nesses pressupostos podem originar diferenças materialmente relevantes no valor estimado.
4. **Exclusão de fatores não financeiros:** A avaliação não incorpora, de forma autónoma, fatores de natureza jurídica, fiscal, regulatória, social ou estratégica que não sejam diretamente quantificáveis em termos económico-financeiros, nem considera sinergias específicas que possam advir de uma eventual transação concreta com um investidor particular.
5. **Condições de mercado e liquidez:** O valor estimado pressupõe condições normais de mercado e não considera situações de venda forçada, iliquidez, restrições contratuais específicas ou outras circunstâncias excepcionais que possam influenciar o preço efetivo numa transação real.

3. EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda

3.1. Caracterização

A EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda. é uma sociedade por quotas de direito português, constituída em 11 de novembro de 1996, encontrando-se atualmente em plena atividade e com uma antiguidade superior a 29 anos, o que a classifica como uma entidade madura no seu setor de atuação.

A empresa tem sede na Rua Doutor Henrique Figueiredo, 3200-235 Lousã, distrito de Coimbra, e desenvolve a sua atividade principal no domínio do Ensino Secundário Profissional, enquadrado no CAE 85320, assumindo um papel relevante na oferta de formação técnica e profissional, com impacto regional e integração em políticas públicas de educação e qualificação profissional.

O objeto social da EMEQUATRO é amplo e diversificado, refletindo uma estratégia de atuação multifacetada centrada no setor educativo, mas extensível a atividades complementares. Para além da formação profissional e do ensino secundário tecnológico, artístico e profissional, a empresa encontra-se estatutariamente habilitada a desenvolver atividades nas áreas de: Tecnologias de informação e informática; Design, comunicação e marketing; Publicidade e produção editorial; Organização de eventos culturais, recreativos e formativos; Turismo, agências de viagem e restauração; Atividades artísticas, desportivas e socioculturais; Serviços administrativos e de apoio a empresas; e Atividades de apoio social, saúde humana e museologia. Esta diversidade de CAE secundários traduz um posicionamento estratégico flexível, permitindo à empresa adaptar-se a diferentes fontes de financiamento, projetos públicos e necessidades de mercado, em especial no contexto de programas cofinanciados nacionais e comunitários.

O capital social da empresa ascende a 80.000 euros, sendo detido maioritariamente pela sociedade “À Volta das Palavras, Unipessoal, Lda”, que controla 98,00% do capital, encontrando-se o remanescente 2,00% na titularidade do Município da Lousã, evidenciando uma ligação institucional ao setor público local. A empresa é dirigida por Patrícia Isabel Fernandes Duarte, que exerce funções de Gerente e Diretora-Geral, assumindo a gestão executiva e estratégica da sociedade.

Em termos de dimensão económica, a EMEQUATRO apresentava, em **2024**, os seguintes indicadores-chave:

- **Proveitos operacionais:** 1.831.406 euros
- **Resultado líquido do exercício:** 291.885 euros
- **Total do ativo:** 5.193.772 euros
- **Capital próprio:** 1.652.773 euros
- **Número médio de trabalhadores:** 29

A evolução histórica demonstra um crescimento sustentado da atividade operacional, acompanhado por um reforço significativo da estrutura patrimonial e dos capitais próprios ao longo dos últimos anos, particularmente a partir de 2018, evidenciando uma trajetória de consolidação financeira e melhoria da rendibilidade.

3.2. Análise Financeira da entidade (últimos 3 anos: 2022-2024)

3.2.1. Evolução da atividade e dos resultados

Nos últimos três exercícios, a EMEQUATRO evidencia crescimento da atividade operacional e manutenção de resultados líquidos positivos e elevados:

- Proveitos operacionais: 1.290.003 euros (2022) → 1.512.400 euros (2023) → 1.831.406 euros (2024), mostrando um crescimento contínuo do nível de atividade;
- EBIT: 206.034 euros (2022) → 190.810 euros (2023) → 360.138 euros (2024). Nota-se uma ligeira retração em 2023, seguida de forte recuperação em 2024;
- EBITDA: 292.358 euros (2022) → 275.588 euros (2023) → 452.876 euros (2024), reforçando a leitura de melhoria de desempenho operacional em 2024;

- Resultado líquido: 173.486 euros (2022) → 146.756 euros (2023) → 291.885 euros (2024). Ou seja, após 2023 (mais baixo), 2024 regista um salto material no resultado líquido.;
- Margem de lucro: 15,24% (2022) → 12,11% (2023) → 19,66% (2024), o que sugere variação da eficiência/estrutura de gastos entre períodos, com reforço em 2024.

3.2.2. Estrutura Patrimonial e Capitais Próprios

A estrutura patrimonial e os capitais evoluíram da seguinte forma nos últimos 3 anos:

Ativo total:

- 2.817.870 euros (2022) → 2.597.771 euros (2023) → 5.193.772 euros (2024). Há uma duplicação do ativo em 2024, sinalizando mudança relevante de escala patrimonial nesse exercício.;

Composição do ativo (sinais principais):

- O ativo circulante aumenta fortemente em 2024 (4.468.981 euros), comparando com 2023 (1.893.538 euros) e 2022 (2.066.225 euros), o que sugere que o crescimento do ativo está muito ligado a rubricas circulantes (por exemplo, outros ativos correntes associados à execução de projetos/financiamentos e fluxos operacionais);
- O imobilizado mantém-se relativamente estável (724.791 euros em 2024; 704.233 euros em 2023; 751.645 euros em 2022), sugerindo que a variação patrimonial recente não é, em primeira linha, investimento pesado em ativo fixo.

Capitais próprios:

- 1.161.943 euros (2022) → 1.309.949 euros (2023) → 1.652.773 euros (2024). A empresa evidencia reforço progressivo de capitais próprios (retenção de resultados e/ou reforços de capital), elevando a sua base de autonomia;

3.2.3. Liquidez e Fundo de Maneio Operacional

Nos últimos 3 anos a liquidez e o fundo de maneio evoluiu da seguinte forma:

- **Liquidez geral / corrente:** 1,55 (2022) → 1,47 (2023) → 1,26 (2024). Ainda acima de 1, mas com tendência de deterioração ao longo do triénio, sugerindo menor folga de curto prazo em 2024;
- **Fundo de maneio operacional (clientes + inventários - fornecedores):** 4.901 euros (2022) → -36.113 euros (2023) → -43.147 euros (2024). O fundo de maneio mantém-se ligeiramente negativo e agravou-se no período, o que pode ser compatível com modelos de operação com ciclos de recebimento/pagamento específicos (p.ex., execução de projetos com timings próprios). No entanto, o Fundo de Maneio (ativo circulante – passivo circulante) é positivo ao longo do período analisado.
- **Caixa/depósitos bancários:** 492.860 euros (2022) → 401.075 euros (2023) → 444.708 euros (2024). Apesar da redução em 2023, 2024 recupera parcialmente, o que é um sinal positivo para a gestão de tesouraria no curto prazo.

3.2.4. Endividamento e Risco Financeiro

A evolução no triénio foi a seguinte:

Endividamento (%):

- 58,77% (2022) → 49,57% (2023) → 68,18% (2024). Após melhoria em 2023, 2024 mostra subida relevante do endividamento, coerente com o forte aumento do passivo de curto prazo;

Estrutura do passivo:

- **Passivo de curto prazo:** 1.334.358 euros (2022) → 1.287.487 euros (2023) → 3.540.998 euros (2024). O “salto” de 2024 é determinante para o risco financeiro (maior pressão de obrigações no curto prazo). Dívida financeira de curto prazo é muito baixa no triénio (50.025 euros em 2022; 185 euros em 2023; 111 euros em 2024), sugerindo que a subida do passivo está principalmente associada a outras responsabilidades correntes e não a financiamento bancário clássico;

Cobertura de juros:

- A “capacidade de cobrir juros” reportada é elevada (indicadores muito confortáveis em 2022–2024), o que, em regra, aponta para baixo risco associado a encargos financeiros.

3.2.5. Conclusões

No período 2022–2024, a EMEQUATRO apresenta uma evolução globalmente favorável, com crescimento dos proveitos operacionais e uma recuperação muito significativa de rentabilidade em 2024, traduzida no aumento do EBIT, EBITDA e resultado líquido. Em paralelo, observa-se reforço consistente dos capitais próprios, o que é positivo do ponto de vista de solvência e robustez patrimonial. Contudo, o ano de 2024 evidencia uma alteração relevante na estrutura financeira: o ativo total cresce de forma muito expressiva, impulsionado sobretudo por rubricas do ativo circulante, e o passivo de curto prazo aumenta de forma acentuada, conduzindo a uma deterioração da liquidez corrente e ao agravamento do fundo de maneio operacional negativo. Apesar de o endividamento global subir em 2024, a dívida financeira é residual, e os indicadores de cobertura de juros permanecem confortáveis, sugerindo que o risco financeiro está mais associado à gestão de responsabilidades correntes e ao ciclo operacional do que a pressão de financiamento bancário. Em síntese, a empresa combina boa capacidade de geração de resultados com sinais de maior exigência na gestão de curto prazo em 2024.

3.3. EMEQUATRO vs. Benchmark Setorial

No âmbito da determinação do valor da EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda., revela-se fundamental enquadrar o seu desempenho económico-financeiro face ao contexto setorial em que a entidade se insere, de modo a aferir se os resultados, a estrutura financeira e os níveis de risco observados são consistentes com a prática do mercado ou se evidenciam fatores diferenciadores.

Para esse efeito, procede-se à realização de um *benchmark* setorial, comparando os principais indicadores económico-financeiros da empresa com os valores de referência observados em empresas PME do setor da Educação, enquadradas no CAE 85320 – Ensino Secundário Profissional, em Portugal. Esta análise comparativa permite avaliar, de forma objetiva, o posicionamento relativo da empresa em termos de rentabilidade, estrutura patrimonial, liquidez, endividamento e risco financeiro, elementos determinantes na apreciação do seu valor económico.

Os *benchmarks* utilizados têm por base informação estatística agregada e amplamente reconhecida, nomeadamente os Quadros do Setor da Central de Balanços do Banco de Portugal, complementados por dados do GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos, sendo adotada uma abordagem prudente e metodologicamente consistente, através da utilização de intervalos médios setoriais representativos das PME do setor. Esta metodologia assegura a comparabilidade dos indicadores, mesmo quando não é possível aceder publicamente a dados detalhados ao nível do CAE a cinco dígitos.

A análise desenvolvida nos pontos seguintes permite, assim, identificar convergências e desvios face ao padrão setorial, destacando os principais fatores de criação de valor e os aspectos de risco específicos da EMEQUATRO.

3.3.1. Rentabilidade

Indicador	EMEQUATRO 2022	EMEQUATRO 2023	EMEQUATRO 2024	Benchmark Setorial PME (CAE 85)	Fonte
ROE (%)	16,9%	14,0%	21,8%	~6% – 8%	Banco de Portugal – Central de Balanços (QS); GEE
ROA (%)	7,0%	7,1%	6,9%	~3% – 5%	Banco de Portugal – Central de Balanços (QS)
Margem líquida (%)	15,2%	12,1%	19,7%	~4% – 8%	Banco de Portugal – Central de Balanços (QS)

A EMEQUATRO apresenta, de forma consistente ao longo do triénio 2022–2024, níveis de rentabilidade significativamente superiores à média setorial das PME do setor da educação. Em particular, o ROE entre 14% e 22% e as margens líquidas acima de 12% contrastam com valores setoriais tipicamente situados entre 6% e 8% (ROE) e 4% a 8% (margem líquida). Esta diferença evidencia uma capacidade excepcional de geração de resultados, não comum no setor.

3.3.2. Estrutura Patrimonial e Solvência

Indicador	EMEQUATRO	EMEQUATRO	EMEQUATRO	Benchmark	Fonte
	2022	2023	2024	Setorial PME (CAE 85)	
Autonomia financeira (%)	41,2%	50,4%	31,8%	~40% – 45%	Banco de Portugal – Central de Balanços (QS)
Endividamento (%)	58,8%	49,6%	68,2%	~55% – 65%	Banco de Portugal – Central de Balanços (QS)

A empresa apresenta uma estrutura de capitais globalmente equilibrada, com autonomia financeira alinhada com o *benchmark* em 2022 e 2023 e ligeiramente inferior em 2024, reflexo do forte crescimento do ativo e do passivo corrente nesse exercício. Ainda assim, o reforço contínuo dos capitais próprios constitui um fator positivo e diferenciador face à média das PME do setor.

3.3.3. Liquidez e Fundo de Maneio

Indicador	EMEQUATRO	EMEQUATRO	EMEQUATRO	Benchmark	Fonte
	2022	2023	2024	Setorial PME (CAE 85)	
Liquidez corrente	1,55	1,47	1,26	~1,20 – 1,40	Banco de Portugal – Central de Balanços (QS)
Fundo de maneio (€)	927 k	622 k	731 k	Tipicamente positivo	Banco de Portugal – Central de Balanços (QS)

Os rácios de liquidez da EMEQUATRO situam-se dentro do intervalo setorial, embora com tendência de redução. O fundo de maneio é positivo, tal como é típico no setor.

3.3.4. Conclusões

Da comparação efetuada entre a EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda. e o *benchmark* setorial aplicável a **PME do CAE 85320**, conclui-se que a **empresa apresenta um desempenho económico-financeiro claramente superior à média do setor em termos de rentabilidade e geração de resultados**, mantendo simultaneamente uma estrutura patrimonial globalmente equilibrada e um risco financeiro controlado, ainda que com maior exigência na gestão da liquidez de curto prazo. Este posicionamento **acima da média setorial** constitui um fator positivo relevante para a determinação do valor da empresa.

4. EMEQUATRO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS, LDA

4.1. Âmbito e elementos de suporte à avaliação

O presente relatório tem por âmbito a determinação de uma estimativa do valor de mercado da sociedade EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda., com base na informação económico-financeira histórica disponibilizada e na aplicação de metodologias de avaliação geralmente aceites no contexto da avaliação de empresas.

A avaliação foi desenvolvida considerando:

- A análise da evolução histórica da atividade e dos resultados da entidade avaliada;
- O exame da estrutura patrimonial, financeira e de liquidez;
- A aplicação de pressupostos considerados razoáveis e consistentes com a informação disponível à data da avaliação.

O valor apurado corresponde a uma estimativa do valor de mercado da totalidade do capital social da empresa, entendendo-se como tal o valor pelo qual a empresa poderia ser transacionada entre partes independentes, conhecedoras e atuando de forma informada e voluntária, numa situação normal de mercado.

A avaliação é efetuada numa ótica estática, reportada a **31 de dezembro de 2024**, refletindo as condições económicas, financeiras e de mercado observáveis nessa data, não incorporando, salvo indicação expressa em contrário, eventos ou circunstâncias posteriores.

A avaliação da EMEQUATRO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS, LDA é elaborada com base na seguinte informação:

- Balanços e Demonstrações de Resultados de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.
- **SABI / Informa**: dados económico-financeiros históricos da EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda. (2019–2024).

4.2. Método do valor Patrimonial Contabilístico

Procedeu-se à análise do Balanço e Demonstração dos Resultados de 2024. Esta informação financeira não foi auditada. No entanto, assumiu-se o pressuposto de que reflete de forma verdadeira e apropriada a situação financeira e a prestação económica da entidade.

No âmbito da avaliação económico-financeira da entidade em análise, foi considerada a metodologia do valor contabilístico, a qual se encontra amplamente consagrada na literatura financeira como uma abordagem baseada na posição patrimonial evidenciada nas demonstrações financeiras.

Esta metodologia assenta no pressuposto de que o valor da empresa pode ser determinado a partir do valor líquido dos seus ativos, após dedução do conjunto das responsabilidades assumidas, tal como refletido no balanço. O valor contabilístico traduz, assim, a situação patrimonial da entidade numa data específica, sendo particularmente relevante em contextos em que a estrutura de ativos assume um peso determinante na formação do valor, bem como em situações de avaliação com enfoque patrimonial.

A doutrina financeira reconhece ainda a utilização do valor contabilístico como referência de base ou limite inferior do valor da empresa, sendo frequentemente utilizado em complemento de outras metodologias de avaliação.

O valor contabilístico da entidade corresponde ao capital próprio, apurado com base nas demonstrações financeiras, e resulta da diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos reconhecidos contabilisticamente, de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis.

De forma sintética, o cálculo pode ser expresso nos seguintes termos: Valor Contabilístico = Ativos Totais – Passivos Totais

Os valores considerados correspondem aos montantes registados no balanço, incluindo ativos tangíveis e intangíveis reconhecidos, bem como a totalidade das responsabilidades da entidade. A literatura admite, quando devidamente fundamentado, o recurso a ajustamentos ao valor contabilístico, com vista a assegurar uma representação mais adequada da situação patrimonial, nomeadamente no que respeita a imparidades, reavaliações ou à eliminação de elementos de natureza excepcional.

A aplicação da metodologia do valor contabilístico apresenta, entre outras, as seguintes vantagens, reconhecidas na literatura especializada:

- Baseia-se em informação contabilística estruturada, preparada de acordo com normativos reconhecidos e, em regra, sujeita a mecanismos de controlo e verificação;
- Apresenta um elevado grau de objetividade, reduzindo a dependência de pressupostos subjetivos ou de projeções futuras;
- Permite uma aplicação direta e transparente, facilitando a compreensão e a replicabilidade dos resultados;
- Revela-se particularmente adequada em avaliações de natureza patrimonial ou em contextos em que a capacidade de geração de resultados futuros não constitui o principal fator de valorização.

Não obstante as vantagens referidas, a metodologia do valor contabilístico apresenta limitações que importa considerar:

- Não incorpora a capacidade futura de geração de resultados ou de fluxos de caixa da entidade;
- O valor apurado encontra-se condicionado pelos critérios de reconhecimento e mensuração previstos nos normativos contabilísticos aplicáveis;
- Pode não refletir ativos intangíveis relevantes que não se encontram reconhecidos contabilisticamente;
- Pode apresentar divergências significativas face ao valor económico da empresa, sobretudo em entidades com elevado potencial de crescimento ou com rendibilidade superior à média do mercado.

Tabela I – Balanço da entidade a 31/12/2024

Emequatro - Educação e Serviços, Lda			Contábilmente 501/CS457
Balanço em 31 dezembro 2024			Média L.RO
Rúbrica	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9.13	374.673,63	358.124,96
Propriedades de investimento			
Comprado		341.467,22	341.367,12
Ativos intangíveis	7		
Ativos financeiros			
Participações Financeiras: investimento e participação			
Outras investimentos financeiros			
Cobrar a receber	24	8.063,50 186,26	6.235,50
Ativos por impostos diferidos			
Total do ativo não corrente		374.799,61	374.232,68
Ativo corrente			
Inventários	20		
Ativos biológicos	25		
Créditos	23		
Estado e outros créditos públicos		28.670,52	4.706,22
Capital suscrito e não utilizado			
Outros créditos a receber			
Comércio		1.937.321,24 85.389,01	1.362.356,16 87.310,97
Avos financeiros devidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativo não monetário destinado para venda			
Fundo e depósitos bancários			
Total do ativo corrente		644.707,76 4.497.582,89 5.222.310,59	401.574,71 1.493.817,90 2.597.770,58
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito			
Ativos financeiros próprios			
Outros instrumentos de capital próprio			
Páginas de emissão			
Balanços legais			
Outras reservas			
Reservas transferidas			
Fundos de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio			
Concedentes antigas			
Resultado líquido do período			
Total do capital próprio		251.664,93 1.652.773,49	163.023,55 1.326.216,67
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisão			
Financiamento direto			
Reservatórios sortimentares pós-emissão	11.12		
Reservas por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
Total do passivo não corrente			334,51 334,21
Passivo corrente			
Fornecedores	24	42.166,91	40.319,57
Adiantamentos de clientes			
Letados e outros artes públicos			
Financiamento direto	11.12	124.179,56 111,25 119.334,25 1.261.435,00	42.183,70 104,97 167.061,71 1.025.669,63
Outras dívidas a pagar			
Créditos bancários			
Passivos financeiros devidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não monetários destinados para venda			
Total do passivo corrente		3.569.607,01	1.271.219,60
Total do passivo		3.569.607,01	1.271.553,31
Total do capital próprio e do passivo		5.222.310,59	2.597.770,58

Com base na aplicação da metodologia do valor contabilístico, e considerando a informação constante das demonstrações financeiras da entidade na data de referência da avaliação, foi apurado um valor 1.652.773,49 euros (um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil, setecentos e setenta e três euros e quarenta e nove centimos).

O referido montante corresponde ao valor líquido dos ativos da entidade, após dedução da totalidade dos passivos reconhecidos contabilisticamente, refletindo, assim, a sua posição patrimonial numa perspetiva estritamente estática e baseada em dados contabilísticos. O valor obtido traduz o capital próprio evidenciado, calculado de acordo com os normativos contabilísticos aplicáveis, não incorporando quaisquer estimativas relativas à capacidade futura de geração de resultados ou de fluxos de caixa.

Neste contexto, o valor apurado deve ser interpretado como uma medida do valor patrimonial da empresa à data considerada, constituindo uma referência objetiva baseada na informação financeira disponível.

Assim, o montante de **1.652.773,49 euros** representa o valor da empresa determinado exclusivamente com base na metodologia do valor contabilístico, devendo a sua utilização e interpretação ser enquadradas nos pressupostos e limitações inerentes a esta abordagem de avaliação.

4.3. Método dos Múltiplos do EBITDA

A metodologia dos **múltiplos de EBITDA** constitui uma abordagem amplamente utilizada na avaliação de empresas, enquadrando-se no conjunto das metodologias baseadas no mercado. Esta metodologia assenta no princípio de que o valor de uma empresa pode ser estimado por referência a transações comparáveis ou a empresas similares, através da aplicação de múltiplos que relacionam o valor da empresa com um indicador de desempenho operacional.

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é frequentemente utilizado como variável de referência por refletir o desempenho operacional antes dos efeitos da estrutura de financiamento, da carga fiscal e das políticas de amortização e depreciação, permitindo, assim, uma maior comparabilidade entre empresas. A literatura financeira reconhece que os múltiplos de EBITDA são particularmente relevantes em avaliações de empresas em funcionamento (“*going concern*”), em setores com padrões de rentabilidade semelhantes e quando existe informação de mercado suficiente e fiável.

A aplicação desta metodologia implica, em primeiro lugar, a determinação do EBITDA da empresa objeto de avaliação, com base nas demonstrações financeiras, podendo ser considerado um EBITDA histórico, normalizado ou representativo, conforme o contexto da avaliação e a disponibilidade de informação.

Para expurgar EBITDA's anormalmente elevados e ou baixos, é utilizada uma média do EBITDA dos últimos exercícios, permitindo obter uma medida representativa e normalizada do desempenho operacional de uma empresa para efeitos de avaliação. O recurso a um EBITDA médio permite atenuar o impacto de flutuações conjunturais, efeitos extraordinários ou eventos não recorrentes que possam afetar de forma pontual o resultado de um determinado exercício. A utilização de um único período, designadamente do último exercício disponível, pode conduzir a uma estimativa enviesada do desempenho operacional recorrente da empresa, caso esse período não seja representativo da sua atividade normal. A literatura reconhece ainda que a utilização de médias plurianuais é particularmente adequada em setores sujeitos a ciclos económicos, volatilidade da procura ou variações significativas nos preços dos fatores de produção, na medida em que permite captar um desempenho mais estável ao longo de um ciclo económico razoável. Um horizonte temporal de cinco anos é frequentemente referido como suficientemente alargado para suavizar oscilações de curto prazo, sem comprometer a relevância temporal da informação utilizada.

Adicionalmente, a utilização da média do EBITDA encontra-se alinhada com o conceito de normalização de resultados, amplamente aceite em avaliações baseadas em múltiplos, permitindo uma comparação mais consistente com empresas comparáveis e com transações de mercado, cujos múltiplos pressupõem, em regra, resultados recorrentes e sustentáveis. Neste enquadramento, a média do EBITDA dos últimos cinco exercícios constitui uma base mais adequada para a aplicação de múltiplos de mercado, por refletir de forma mais fiel a capacidade operacional subjacente da empresa, conforme defendido pela literatura financeira especializada.

Em seguida, é selecionado um **múltiplo de EBITDA**. A literatura financeira (Damodaran (2012), Koller *et al.* (2020), Fernández (2019) e Pratt & Grabowski (2014) reconhece que não existe um múltiplo universal, sendo os valores aplicáveis dependentes de um conjunto de fatores, nomeadamente o setor de atividade, o perfil de risco, a dimensão da empresa e as condições de mercado. Os referidos autores indicam que múltiplos na ordem dos

5x a 6x EBITDA são frequentemente observados em empresas com crescimento moderado, estabilidade operacional e exposição a riscos normais de mercado. Por sua vez, múltiplos mais elevados, como 7x EBITDA ou superiores, tendem a estar associados a empresas com maior previsibilidade de resultados, vantagens competitivas sustentáveis ou perspetivas de crescimento mais favoráveis, conforme evidenciado em transações comparáveis. Ao valor obtido deduz-se o valor dos financiamentos obtidos e adicionam-se os meios monetários.

O cálculo do valor pode ser expresso da seguinte forma:

$$\text{Enterprise Value} = \text{EBITDA} \times \text{Múltiplo de EBITDA}$$

A utilização dos múltiplos de EBITDA apresenta diversas vantagens reconhecidas na literatura especializada:

- Baseia-se em informação de mercado, refletindo preços observados em empresas comparáveis ou em transações efetivas;
- Permite uma avaliação relativamente célere e de fácil compreensão;
- O EBITDA constitui um indicador amplamente utilizado, facilitando a comparabilidade entre empresas com diferentes estruturas de capital e políticas contabilísticas;
- É particularmente útil em setores maduros ou com modelos de negócio homogéneos, nos quais os múltiplos de mercado tendem a apresentar maior estabilidade.

Não obstante as vantagens referidas, esta metodologia apresenta limitações relevantes que importa salientar:

- A fiabilidade do resultado depende significativamente da correta seleção das empresas comparáveis e dos múltiplos utilizados;
- O EBITDA não reflete necessidades de investimento em capital fixo nem variações de fundo de maneio, podendo não traduzir adequadamente a geração efetiva de fluxos de caixa;

- Pode não captar diferenças estruturais relevantes entre empresas aparentemente comparáveis, como níveis de risco, eficiência operacional ou perspetivas de crescimento;
- Está sujeita a distorções em contextos de mercado voláteis ou quando a informação de mercado disponível é limitada.

No que concerne à empresa EMEQUATRO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS, LDA, Lda, obtivemos os seguintes valores, tendo por base das demonstrações financeiras apresentadas pela empresa:

Tabela II – EBITA, Caixa e Depósitos à ordem, Financiamentos obtidos

	2020	2021	2022	2023	2024	Média
EBITDA	153 140,64	220 953,96	292 357,61	275 587,62	452 876,34	278 983,23
Caixa e Depósitos à Ordem					444 707,76	
Financiamentos Obtidos					111,25	

O valor da empresa utilizando a metodologia dos múltiplos do EBITA é o seguinte:

Tabela III – Múltiplos do EBITA

Multiplicador	Múltiplos de EBITDA	Caixa e Depósitos à Ordem	Financiamentos Obtidos	Valor da Empresa
5x	1 394 916,17	444 707,76	111,25	1 839 735,18
6x	1 673 899,40	444 707,76	111,25	2 118 718,41
7x	1 952 882,64	444 707,76	111,25	2 397 701,65

No âmbito da avaliação da empresa através da metodologia dos múltiplos de EBITDA, e considerando a aplicação de múltiplos compreendidos entre 5x e 7x, de acordo com a prática reconhecida na literatura financeira e observada em transações comparáveis, foi possível determinar um intervalo de valores para a entidade avaliada.

Da aplicação dos referidos múltiplos ao EBITDA considerado para efeitos de avaliação, resultou um **valor mínimo estimado de 1.839 milhares de euros** e um **valor máximo estimado de 2.397 milhares de euros**. O intervalo de valores apurado reflete a sensibilidade da avaliação à variação dos múltiplos aplicados, evidenciando a dependência desta metodologia das condições de mercado, do perfil de risco e das características específicas das empresas comparáveis utilizadas como referência. A utilização de um intervalo de múltiplos permite acomodar a incerteza inerente ao processo de avaliação e as diferenças estruturais entre entidades aparentemente comparáveis.

Assim, o intervalo compreendido **entre 1.839 milhares de euros e 2.397 milhares de euros** representa o valor da empresa determinado exclusivamente com base na metodologia dos múltiplos de EBITDA, devendo a sua interpretação ser enquadrada nos pressupostos e limitações inerentes a esta abordagem de avaliação baseada no mercado.

4.4. Método determinado pelo Código do Imposto de Selo

O artigo 15º do Código do Imposto do Selo está sistematicamente inserido na secção II do capítulo III que dispõe sobre as regras gerais do valor tributável em sede de IS, normatiza o regime a observar para a determinação do “*valor tributável de participações sociais, títulos de crédito e valores monetários*”, nas transmissões gratuitas.

O nº1 do art. 15º do CIS estipula que “*O valor das quotas ou partes em sociedades que não sejam por ações e os dos estabelecimentos comerciais, industriais ou agrícolas com contabilidade organizada determina-se pelo último balanço, ou pelo valor atribuído em partilha ou liquidação dessas sociedades, salvo se, não continuando as sociedades com o herdeiro, legatário ou donatário do sócio falecido ou doador, o valor das quotas ou partes tiver sido fixado no contrato social.*

Para efeitos de determinação do valor da quota, o balanço a considerar é o último balanço aprovado, ou seja, 31/12/2024. Tomando em consideração o valor do último balanço podemos verificar que a situação patrimonial da sociedade é positiva, ou seja, o valor do capital próprio é de 1.652.773,49 euros.

Desde modo, segundo as regras do nº1 do art. 15º do CIS, o valor da empresa a 31/12/2024 é de **1.652.773,49 euros**.

Caso estivéssemos perante uma sociedade anónima, com ações não cotadas, a determinação do valor da participação seria efetuada com base na alínea a) do nº3 do artigo 15º do Código do Imposto do Selo (CIS).

A utilização das regras do artigo 15º do CIS, como modelo de determinação do valor deste tipo de bens, justifica-se por se tratar do único regime legal existente no sistema fiscal que se adequa ao fim em vista.

De acordo com o nº3 do artigo 15º do Código do Imposto Selo (CIS): “*O valor das ações, títulos e certificados da dívida pública e outros papéis de crédito é o da cotação na data da transmissão e, não havendo nesta data, o da última mais próxima dentro dos seis meses anteriores, observando-se o seguinte, na falta de cotação oficial:*

A alínea a) do referido artigo estipula que: “O valor das ações é o correspondente ao seu valor nominal, quando o total do valor assim determinado, relativamente a cada sociedade participada, correspondente às ações transmitidas, não ultrapassar euros 500 e o que resultar da aplicação da seguinte fórmula nos restantes casos:

$$Va = [1 / (2 \times n)] \times [S + ((R1 + R2) / 2) \times f]$$

Em que:

Va: representa o valor de cada ação à data da transmissão.

n: é o número de ações representativas do capital da sociedade participada.

S: o valor substancial da sociedade participada, o qual é calculado a partir do valor contabilístico correspondente ao último exercício anterior à transmissão com as correções que se revelem justificadas, considerando-se, sempre que for caso disso, a provisão para impostos sobre lucros.

R1 e R2: R1 e R2 são os resultados líquidos obtidos pela sociedade participada nos dois últimos exercícios anteriores à transmissão, considerando -se $R1 + R2 = 0$ nos casos em que o somatório desses resultados for negativo, sendo *f* o fator de capitalização dos resultados líquidos calculado com base na taxa de juro aplicada pelo Banco Central Europeu às suas principais operações de refinanciamento, tal como publicada no jornal da União Europeia e em vigor na data em que ocorra a transmissão, acrescida de um spread de 4 %;

f: é o fator de capitalização dos resultados líquidos calculado com base na taxa de juro aplicada pelo Banco Central Europeu às suas principais operações de reposicionamento, tal como publicado no jornal oficial da União Europeia em vigor à data em que ocorre a transmissão.”

Sendo que o artigo 15.º, nº 3 alínea a) destina-se a determinar o valor tributável das ações de sociedades não cotadas, nas transmissões gratuitas em geral. Pelo que, remetendo o artigo 199.º-A do CPPT para as regras de determinação do valor tributável das ações das sociedades não cotadas constantes do art. 15.º, no 3 alínea a) do CIS, regras essas que se aplicam para efeito de determinação do valor tributável nas transmissões gratuitas, é forçoso concluir-se ter de se efetuar igualmente a correção do valor dos imóveis, considerando os mesmos pelo seu valor patrimonial tributário, tal como sucede nas transmissões gratuitas

resultantes de doações e sucessões dessas mesmas partes sociais, que por sua vez são avaliadas nos termos do referido artigo 15.º, nº 3 alínea a).

O artigo 15.º, nº 3, alínea a) e o artigo 31.º do CIS, terão pois de ser devidamente conjugados e aplicados, por uma questão de coerência e uniformização de todo o sistema jurídico, quando está em causa a determinação do valor tributável de participações sociais nas transmissões gratuitas, impondo-se, em qualquer dos casos, a consideração do valor patrimonial tributário dos imóveis da sociedade; para que o respetivo valor, que se pretende tão objetivo quanto possível, não seja influenciado pelo valor contabilístico dos imóveis, eliminando-se assim fatores de subjetividade, discricionariedade e conflitualidade com os contribuintes.

A empresa **EMEQUATRO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS, LDA, Lda** não possui qualquer imóvel, sendo o valor de 104 milhares euros evidenciado na rubrica edifícios e outras construções, referente a uma grande reparação efetuada no edifício que pertence ao Município da Lousã.

De acordo com a fórmula de cálculo do art. 15º, nº3, al. a) do CIS o valor da participação 31/12/2024 (considerando a taxa de refinanciamento em vigor a essa data) seria de:

Tabela IV – Valor fiscal da empresa

(S) Valor do capital próprio (último balanço aprovado)	1 652 773,49
(n) Nº de ações	80 000,00
(R2) Resultado líquido N-2	163 023,55
(R1) Resultado líquido de N-1	291 884,93
(f) taxa de refinanciamento do BCE à data da operação http://pt.euribor-rates.eu/juros-bce.asp	3,15%
(R1+R2)/2	227 454,24
1/(i+4%)	14
Valor da ação à data da transmissão:	30,21
 Nº de ações a transmitir	80 000,00
Valor da operação	2 416 975,84
Correção dos valores dos imóveis (se VPT>Vcontab)	0,00
Valor total da operação	2 416 975,84

Podemos concluir que à data de 31/12/2024 o valor da empresa, determinado de acordo com as regras do CIS, seria de **2.416 milhares de euros**.

4.5. Método dos Cash-Flows descontados

A metodologia dos **Cash-Flows Descontados (Discounted Cash Flow – DCF)** constitui uma das abordagens mais amplamente reconhecidas e utilizadas na avaliação de empresas, sendo considerada, na literatura financeira, uma metodologia fundamental baseada nos princípios da teoria financeira. Esta abordagem assenta no pressuposto de que o valor de uma empresa corresponde ao valor atual dos fluxos de caixa que a mesma é capaz de gerar no futuro.

De acordo com a literatura especializada, o método DCF permite uma avaliação intrínseca da empresa, na medida em que se baseia na sua capacidade futura de geração de fluxos de caixa, independentemente das condições momentâneas de mercado. Esta metodologia é particularmente adequada para empresas em continuidade de exploração (“*going concern*”) e é frequentemente utilizada como referência central em exercícios de avaliação, sendo complementada por outras metodologias.

A aplicação do método dos Cash-Flows Descontados implica, em primeiro lugar, a estimativa dos **fluxos de caixa futuros** gerados pela empresa, normalmente num horizonte temporal explícito de vários anos. Os fluxos de caixa considerados podem assumir diferentes formas, sendo comum a utilização dos **Free Cash Flows to the Firm (FCFF)**, que representam os fluxos de caixa disponíveis para todos os financiadores da empresa.

Os fluxos de caixa projetados são posteriormente atualizados para o momento presente através de uma taxa de desconto que reflete o risco associado à atividade da empresa. Quando se utilizam os FCFF, a taxa de desconto aplicada corresponde, em regra, ao **Weighted Average Cost of Capital (WACC)**.

O valor da empresa resulta, assim, da soma do valor atual dos fluxos de caixa projetados durante o período explícito e do **valor residual** (ou valor terminal), que representa o valor dos fluxos de caixa gerados para além do horizonte de projeção.

De forma simplificada, o cálculo pode ser expresso nos seguintes termos:

Valor da Empresa = Valor Atual dos Cash-Flows Projetados + Valor Atual do Valor Residual

A literatura financeira identifica diversas vantagens associadas à utilização do método DCF:

- Permite uma avaliação intrínseca baseada na capacidade futura de geração de fluxos de caixa;
- Incorpora explicitamente as perspetivas de crescimento e o perfil de risco da empresa;
- É teoricamente consistente com os princípios fundamentais das finanças empresariais;
- Possibilita a análise detalhada dos fatores determinantes do valor da empresa.

Não obstante as vantagens referidas, o método dos Cash-Flows Descontados apresenta limitações reconhecidas na literatura:

- O resultado da avaliação é altamente sensível aos pressupostos adotados, designadamente às projeções de fluxos de caixa e à taxa de desconto;
- Requer um volume significativo de informação e julgamentos prospectivos;
- Pequenas variações nos pressupostos podem conduzir a diferenças relevantes no valor apurado;
- Pode revelar-se menos adequado em empresas com elevada volatilidade de resultados ou com dificuldade em projetar fluxos de caixa de forma fiável.

Na nossa análise foram assumidos os seguintes pressupostos:

- As Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado da entidade;
- Todos os gastos incorridos ao longo destes períodos estão ao seu valor de mercado;

- Não existem passivos contingentes nomeadamente fiscais, contratuais, etc.;
- O ponto de partida são as demonstrações financeiras de 2024;
- Assenta também numa série de pressupostos previsionais cuja concretização ninguém pode assegurar e porventura dependentes de inúmeros fatores externos como a evolução da conjuntura económica nacional e internacional.

Assim, este método deve ser apreciado do ponto de vista técnico e tendo presente o seu âmbito e limitações.

Os pressupostos que estiveram na base da “construção” das demonstrações financeiras previsionais foram os seguintes:

1. Os pressupostos relativos à estrutura de custos baseiam-se nos valores das Demonstrações Financeiras de 2024 (últimas demonstrações financeiras).
2. Assumiu-se que o período previsional se inicia em 1 de janeiro de 2025;
3. Toda a análise previsional é efetuada a preços constantes, ou seja, não considerando o efeito da inflação;
4. A extrapolação dos valores das rubricas do balanço e da demonstração de resultados, teve por base a média de crescimento verificada nos 5 anos últimos anos, com exceção dos outros rendimentos, a qual consideramos zero por força do carácter residual da rúbrica ao longo dos últimos cinco anos.
5. O cálculo do fundo de maneio teve por base os prazos médios verificados em 2023, uma vez que os prazos médios de 2024 saíam fora da norma.
6. Todas as taxas de atualização foram definidas para um cenário sem inflação;
7. Previu-se investimento para manutenção, reparação e reposição do Investimento em Ativos Fixos Tangíveis no valor anual de 50.000,00 de euros anuais.

Tabela V – Demonstração de Resultados Previsional

EMEQUATRO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS, LDA	Previsional				
	2025	2026	2027	2028	2029
3. Dados Previsionais					
3.1 Demonstração de Resultados					
Vendas e Serviços prestados	5 482	11 341	23 461	48 537	100 413
Subsídios à Exploração	1 914 519	2 020 775	2 132 927	2 251 305	2 376 252
FSE	(599 847)	(649 155)	(702 515)	(760 262)	(822 756)
Gastos com o Pessoal	(674 758)	(744 932)	(822 405)	(907 936)	(1 002 361)
Outros Rendimentos	14 907	14 907	14 907	14 907	14 907
Outros Gastos	(223 289)	(234 029)	(245 286)	(257 084)	(269 450)
EBITDA (Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos)	437 013	418 906	401 089	389 467	397 006
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	(99 130)	(87 662)	(78 871)	(72 131)	(66 965)
Imparidade de Ativos Deprecáveis/Amortizáveis (Perdas/Reversões)	-	-	-	-	-
EBIT (Resultado Operacional)	337 883	331 244	322 218	317 335	330 040
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	-	-	-	-	-
Juros e Gastos Similares Suportados	-	-	-	-	-
EBT (Resultado Antes de Impostos)	337 883	331 244	322 218	317 335	330 040
Imposto	(71 969)	(70 555)	(68 633)	(67 592)	(70 299)
IRC	(67 577)	(66 249)	(64 444)	(63 467)	(66 008)
Derrama Municipal	(4 392)	(4 306)	(4 189)	(4 125)	(4 291)
Resultado Líquido	265 914	260 689	253 586	249 743	259 742

Tabela VI - Necessidades de Fundo de Maneio

EMEQUATRO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS, LDA	Previsional				
	2025	2026	2027	2028	2029
3.2 Fundo de Maneio					
Necessidades de Fundo de Maneio					
Clientes	125 583	259 807	537 489	1 111 957	2 300 417
EOEP (Estado e Outros Entes Públicos)	360	746	1 543	3 191	6 602
Outros créditos a receber	117 819	243 744	504 257	1 043 208	2 158 188
Acréscimos e Diferimentos	7 404	15 317	31 689	65 558	135 626
Recursos de Fundo de Maneio	153 740	269 416	504 727	987 212	1 980 695
Fornecedores	49 303	53 355	57 741	62 487	67 624
EOEP (Estado e Outros Entes Públicos)	3 574	7 395	15 298	31 649	65 475
Outras dívidas a pagar	13 817	28 584	59 135	122 339	253 095
Diferimentos	87 046	180 082	372 553	770 737	1 594 501
Fundo de Maneio	(28 157)	(9 609)	32 762	124 745	319 722
Variação Fundo de Maneio	(511 543)	18 548	42 370	91 983	194 977

Tabela VII – Estimativa da Taxa de atualização

4.1.1 Cálculo do Custo de Capital: WACC

Custo do Capital	
Taxa de atualização WACC (Custo médio ponderado do capital)	9,19%
Custo do capital próprio (Rcp)	22,62%
Obrigações Tesouro longo prazo (Taxa de juro sem risco) (Rf)	2,32%
Taxa de remuneração de mercado (Rm)	6,60%
Prémio de risco de mercado (Rm-Rf)	4,28%
Prémio de risco da empresa (PME, Small Cap) (Pe)	6,00%
Prémio de risco do país Pp	6,35%
Beta unlevered (desalavancado) do mercado (Bu)	0,70
Beta levered (alavancado) da empresa (BL)	1,91
Custo do Capital Alheio com efeito fiscal (Rca x (1-t))	2,98%
Custo do Capital alheio (Taxa de juro +Imposto selo)	3,72%
Taxa de referência (Euribor)	2,10%
Spread médio da dívida da empresa	1,60%
Taxa de imposto de selo	0,60%
Taxa de imposto (IRC)	20,00%
Estrutura do Financiamento	
Dívida / (Capital Próprio+Dívida) (D/E+D)	68,35%
Capital Próprio/(Capital Próprio+Dívida) (E/(E+D))	31,65%
Dívida/Capital Próprio (D/E)	215,98%

Para cálculo da WACC foram utilizadas as seguintes referências:

- Rf: A taxa de dívida de longo prazo da Alemanha, especificamente o rendimento (yield) das suas obrigações do tesouro a 10 anos (conhecidas como Bunds), é a referência para a taxa livre de risco na Zona Euro. Em 2024, a média anual desta taxa foi de aproximadamente 2,32%;
- Rm: A taxa que deve utilizar para o Prémio de Risco de Mercado (MRP) de Portugal em 2024, de modo a calcular o WACC (Custo Médio Ponderado de Capital), é um valor estimado que se situa na faixa de 5,5% a 6,0%. Este valor representa o retorno adicional que os investidores exigem para investir no mercado de ações português/europeu em comparação com um investimento livre de risco.
- Pe: O prémio de risco das PME em Portugal situa-se entre 5,5% a 6,0%.

- Pp: Para Portugal, algumas estimativas em 2024 apontam para um prémio de mercado de cerca de 6,35%, que incorpora um pequeno ajuste para o risco soberano do país.
- Bu: O "Prémio de Risco" para uma empresa com o CAE 85320 (Ensino secundário tecnológico, artístico e profissional) é uma medida do risco específico do seu negócio em relação ao mercado geral, no ano de 2024 o valor foi estimado em 0,7.
- Spread médio de dívida empresa: De acordo com as "Estatísticas das Empresas da Central de Balanços" do Banco de Portugal, referentes ao período homólogo a 2024, o custo médio dos financiamentos obtidos pelas empresas em geral aumentou de 2,8% para 3,7% (valor que inclui a Euribor).

Tabela VIII – Free Cash Flows

EMQUATRO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS, IDA	2025	2026	2027	2028	2029
+ EBIT	337 883,06	331 243,63	322 218,44	317 335,40	330 040,42
- Imposto	-71 969,09	-70 554,89	-68 632,53	-67 592,44	-70 298,61
+ Depreciações e Amortizações	99 130,39	87 662,02	78 870,68	72 131,48	66 965,39
- Variação Fundo de Maneio	511 543,06	-18 548,01	-42 370,48	-91 983,08	-194 977,31
- CAPEX	-50 000,00	-50 000,00	-50 000,00	-50 000,00	-50 000,00
Cash Flow Operacional	826 587,42	279 802,75	240 086,10	179 891,35	81 729,88
Valor residual					
FCFF com VR	826 587,42	279 802,75	240 086,10	179 891,35	81 729,88
Perpetuidade					1 359 222,62
FCFF com perpetuidade	826 587,42	279 802,75	240 086,10	179 891,35	1 440 952,50
Prazo de atualização (WACC)	0,00	0,84	1,17	1,24	1,32
	0,00	3,23	5,38	9,29	1,40
FCFF descontado VR	756 994,10	234 670,98	184 407,31	126 539,20	52 650,12
FCFF descontado acumulado VR	756 994,10	991 665,08	1 176 072,39	1 302 611,59	1 355 261,71
FCFF descontado perpetuidade	756 994,10	234 670,98	184 407,31	126 539,20	928 256,89
FCFF descontado acumulado perpetuidade	756 994,10	991 665,08	1 176 072,39	1 302 611,59	2 230 868,48
	0,00	3,23	5,38	9,29	24,74
Valor da empresa (Enterprise value)	2 230 868,48				
Valor da perpetuidade	1 359 222,62				
Dívida Financeira Líquida (Net Debt)	-444 596,51	Net Debt do último ano disponível			
Valor do Capital (Equity value)	2 675 464,99				

O valor da empresa obtido através da atualização do “Free Cash Flow” futuro estimado é de **2.675 milhares euros**.

CONCLUSÃO

Como melhor forma de estimar o valor da EMEQUATRO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS, LDA utilizamos os quatro métodos referidos e atribuímos uma ponderação a cada um deles.

Na tabela seguinte, apresenta-se o valor final estimado:

Tabela IX – Valor estimado da EMEQUATRO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS, LDA

	Valor	Ponderação	Valor Ponderado
Método do Valor Patrimonial Contabilístico	1 652 773,49	20%	330 554,70
Método dos Múltiplos de EBITDA	2 397 701,65	30%	719 310,50
Método do CIS	2 416 975,84	20%	483 395,17
Método dos Cash-Flows Descontados	2 675 464,99	30%	802 639,50
			2 335 899,86

Assim, estimamos o valor da EMEQUATRO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS, LDA em cerca de **2.335 milhares de euros**.

Coimbra, 15 de dezembro de 2025

Assinado por: **Bruno José Machado de Almeida**
Num. de Identificação: 10719532

Bruno José Machado de Almeida
Revisor Oficial de Contas
Professor Coordenador Principal na Coimbra Business School – ISCAC
Professor Convidado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Bibliografia

- Brealey, R. A., Myers, S. C., & Allen, F. (2020). *Principles of Corporate Finance*. McGraw-Hill Education.
- Damodaran, A. (2012). *Investment Valuation: Tools and Techniques for Determining the Value of Any Asset*. John Wiley & Sons.
- Fernandez, P. (2019). *Company Valuation Methods: The Most Common Errors in Valuations*. IESE Business School.
- Koller, T., Goedhart, M., & Wessels, D. (2020). *Valuation: Measuring and Managing the Value of Companies*. McKinsey & Company / Wiley.
- Penman, S. H. (2013). *Financial Statement Analysis and Security Valuation*. McGraw-Hill Education.